

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ GUSTAVO LESCOVITZ CUNHA

CASOS NEGROS E PARDOS LIVRES DE MOBILIDADE ASCENDENTE NO  
PARANÁ DO SÉCULO XIX

CURITIBA

2016

ANDRÉ GUSTAVO LESCOVITZ CUNHA

CASOS NEGROS E PARDOS LIVRES DE MOBILIDADE ASCENDENTE NO  
PARANÁ DO SÉCULO XIX

Monografia apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
bacharel em História - Memória e  
Imagem pelo Setor de Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto  
Medeiros Lima

CURITIBA

2016

*Em memória de Augusto Selio Alves.*

## AGRADECIMENTOS

Não há como começar esse texto sem antes agradecer a minha mãe e meu pai, Ivete e Argeu, por todo o amor, apoio e dedicação ao longo de toda a minha vida, o que não foi nem um pouco diferente ao longo da minha jornada na Universidade. Espero que a conclusão dessa jornada seja uma pequena retribuição por tudo que vocês já me ofereceram. Digo pequena porque sei que vocês merecem muito mais e me esforçarei para corresponder. Amo-os.

Durante o curso, tive as mais diversas experiências em sala de aula, com professores e professoras muito diferentes. Todos e todas tiveram uma contribuição em minha vida, a maioria positiva e uns poucos pontos detestáveis. Mas de qualquer maneira sou grato a todos e a todas por terem ajudado em minha formação. Sou especialmente agradecido a professora Joseli Mendonça por me mostrar que temos infinitos caminhos para falar de História e da importância de nos colocarmos em diálogo com a sociedade. Ao professor Pedro Plaza por sua imensa dedicação em fortalecer o nosso curso e por depositar sua confiança em mim ao longo de vários projetos. Ao professor Rafael Benthien por ser o grande ser humano que é, sempre humilde e preocupado com o nosso bem estar. Ao professor Hector Guerra por apresentar questionamentos sem os quais hoje eu não seria o mesmo historiador que estou me tornando hoje.

Agradeço aos meus amigos de ontem, hoje e sempre; Alfredo Weiler, Elaine Culig, Gerson Lobo, Manu Samila, Pedro de Perdigão e Ricardo Künzel. Agradeço pelos filmes porcaria, pelas risadas, pelas nossas velhices e vacilos.

Durante a graduação conheci muitas pessoas que fizeram esse percurso ser muito mais suportável. Muitas delas desejo profundamente levar comigo para o resto da vida. Porém, foram tantas, que para evitar a possibilidade de cometer uma gafe e esquecer de alguém (ou despertar ciúmes), não citarei nomes. Agradeço as pessoas que entraram comigo no curso no ano de 2012, a todos os amigos e amigas que fiz em outras turmas durante minhas dependências e também aos camaradas que compartilharam a militância no CAHIS.

Um agradecimento especial a todas as pessoas que me aproximei ou conheci nos anos de 2015 e 2016, já na reta final da minha formação. Foram dois anos imprescindíveis para minha formação política, cidadã e pessoal. No entanto, nada disso seria possível sem esses amigos e amigas.

Por fim, meu imenso obrigado ao professor Carlos Lima, que desde 2013 tem sido meu grande mentor com imensa dedicação, paciência, companheirismo e honestidade. É impossível me imaginar como historiador sem toda a orientação e incentivo do professor Carlos, que foi quem me motivou e convenceu a persistir nessa jornada.

Abraços afetuosos a todas e todos.

## RESUMO

Ao longo do século XIX, a população não branca livre cresceu substancialmente, de modo que acabou se tornando o seguimento populacional mais numeroso no Brasil. Esses livres de cor foram inseridos em uma complexa rede de hierarquias, que definia as suas cores socialmente, de acordo com a posição que o indivíduo atingia dentro da sua comunidade. Todo esse complicado esquema de cores, que classificava negros, pretos, pardos, mulatos e muitas outras categorias, relacionava-se constantemente com a capacidade dos livres de cor de demonstrar a sua autonomia. Experiências de liberdade que faziam parte da complexa discussão entre escravidão e cidadania. Pensando como negros e pardos livres se organizam nesse cenário diverso, vamos analisar as possibilidades de mobilidade e autonomia que esses grupos poderiam ter. Para isso, foram utilizadas as listas nominativas de habitantes de Paranaguá, 1817; Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1835 e 1840; pensando principalmente como funcionavam os fogos de negros e pardos livres na primeira metade do século XIX no Paraná. Em um segundo momento, serviram como fontes as listas de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878; Palmeira, 1880 e Guarapuava, 1880; com o intuito de entender mais a fundo como era a situação socioeconômica da população paranaense na segunda metade daquele século, entendendo que eram grupos predominantemente rurais. Por fim, cruzando esses dois tipos de documentação, serão traçados algumas possibilidades de autonomia e mobilidade entre negros e pardos livres, procurando entender se a realidade desses livres de cor no Paraná era tão complexa quanto em outras regiões do Brasil.

**Palavras-chave:** negros e pardos livres; mobilidade; hierarquias de cor.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Domicílios chefiados por negros e pardos livres – nº médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1840).....	28
TABELA 2 – Domicílios chefiados por negros e pardos livres – nº médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Guarapuava 1835 e 1840).....	29
TABELA 3 – Domicílios chefiados por negros e pardos livres – nº médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Paranaguá, 1817)..	31
TABELA 4 – Distribuição dos pardos e negros livres por cor, sexo e faixa etária (Palmeira, 1835; Guarapuava, 1835 e Paranaguá, 1817).....	32
TABELA 5 – Alianças matrimoniais entre livres (Palmeira, 1835; Guarapuava, 1835 e Paranaguá, 1817).....	34
TABELA 6 – Distribuição de votantes classificados em grupo profissional, divididos por bairros de Paranaguá em 1878.....	47
TABELA 7 – Renda média e mediana em réis, dividida por bairros de Paranaguá em 1878.....	48
TABELA 8 – Renda média e mediana em réis, dividida em áreas de Paranaguá.....	49
TABELA 9 – Renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Paranaguá, 1878.....	49
TABELA 10 – Distribuição de eleitores por renda na zona rural de Paranaguá, 1878...51	
TABELA 11 – renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Palmeira, 1880.....	52
TABELA 12 – Distribuição de votantes por renda em Palmeira, 1880.....	53
TABELA 13 – renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Guarapuava, 1880.....	53
TABELA 14 – Distribuição de votantes por quantidade por renda em Guarapuava, 1880.....	54
TABELA 15 – Lavradores – rendimentos declarados em mil réis por faixa etária.....	55
TABELA 16 – Coeficiente de Gini e votantes por localidade.....	57
TABELA 17 – Proporção de votantes qualificados entre a população total de livres....	60

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – Número médio de habitantes por fogos chefiados por homens negros e pardos livres em Guarapuava – 1835 e 1840.....	30
GRÁFICO 2 – Rendimento médio de votantes por faixa etária.....	56

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I. LIVRES POBRES: MOBILIDADE, AUTONOMIA E COR NO IMPÉRIO.....	12
II. O PARANÁ NO SÉCULO XIX.....	20
III. NEGROS E PARDOS LIVRES NAS LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES.....	25
As listas nominativas de habitantes.....	25
A estrutura dos fogos de negros e pardos livres e seus habitantes.....	27
Uma amostra das ocupações de negros e pardos livres.....	34
O que condicionava à pobreza nas listas nominativas?.....	37
IV. LAVRADORES POBRES NO PROCESSO ELEITORAL.....	41
O funcionamento das eleições e as listas de qualificação de votantes.....	41
Rendimentos e profissões dos votantes em Paranaguá, Palmeira e Guarapuava.....	44
V. TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE ENTRE NEGROS E PARDOS LIVRES.....	57
Questões de cidadania.....	57
Cruzando as listas nominativas de habitantes e as listas de qualificação de votantes.....	59
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	69



## INTRODUÇÃO

Por muito tempo historiadores dedicaram-se a construir uma história de um Paraná erigido por braços de imigrantes europeus. Uma história branca, que silenciou durante anos toda a presença negra na região, tão importante na constituição da mesma. Um Paraná louro e de olhos azuis, que ainda é uma presença forte no imaginário da população, ideia fortalecida pelos diversos locais de memória dos mais diversos grupos imigrantes, principalmente europeus e em menor medida asiáticos, espalhados pelo estado. Andando pelas ruas de Curitiba, identificar a presença africana no nosso passado, certamente constitui um desafio aos olhos mais destreinados. Contudo, faz alguns anos que a historiografia sobre o Paraná vem mudando o seu tom, demonstrando uma preocupação em construir a história da presença africana na região em toda a sua pluralidade. Diversos trabalhos a respeito da escravidão, negros e pardos livres, bem como as relações raciais e sociais da população negra no Paraná foram feitos e continuam a ser realizados.

A presente monografia segue essa mesma linha, focando o olhar aos negros e pardos livres presentes no Paraná do século XIX. Mais do que isso, o objetivo deste trabalho é demonstrar algumas das possibilidades de mobilidade social que estes mesmos poderiam estar sujeitos, entendendo que a experiência africana no Paraná vai muito além da escravidão. Para isso, é necessário entender que a população livre de cor, ou seja, não brancos livres, cresceu muito no Brasil ao longo do século XIX, principalmente após a fim do tráfico de escravos em 1850. As pessoas livres de cor representavam 42% da população total do Brasil em 1872, época do primeiro censo do Império, sendo a parcela populacional mais numerosa<sup>1</sup>. A população de negros e pardos livres sofria grande aumento em número tanto pela alta taxa de fecundidade que apresentavam, bem como pela constante entrada de libertos em sua categoria<sup>2</sup>. Deste modo, a população não branca livre era a que mais crescia durante o Brasil Imperial e tornou-se a mais numerosa. Considerando que os livres de cor eram descendentes de escravos, a sua situação social provavelmente era mais precária, compondo uma população depauperada. Além disso, esses descendentes livres de escravos estavam inseridos em uma complexa teia de categorias raciais no Brasil do século XIX, com sua

---

<sup>1</sup> KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil...* Op.Cit. p. 274

<sup>2</sup> Idem. p. 289

cor em muitos casos sendo definida de acordo com a sua situação social e laços comunitários. Como a população pobre brasileira do século XIX possuía fortes laços com o campesinato, é importante considerar a existência de um ambiente rural no Paraná. Além disso, mesmo que a quantidade de escravos no Paraná fosse menor do que regiões como o sudeste, isso não significa que a província não possuía descendentes livres de escravos compondo a população. O Paraná era um território em expansão, podendo ser considerado uma fronteira agrária, onde diversos migrantes inseriam-se nas relações comunitárias locais e fixavam residência, inclusive diversos descendentes livres de escravos. É a respeito dessas questões sobre mobilidade social e espacial de negros livres, que dedico o primeiro capítulo deste trabalho.

Os relatórios de presidentes de província do Paraná, geralmente postavam uma imagem de uma região com economia bastante dependente da erva-mate, agricultura enfraquecida e incentivando a imigração. Contudo, pesquisas demonstram que a situação econômica do Paraná era bastante mais complexa. Debruçando-me sobre a historiografia sobre a região, pretendo apresentar um breve panorama da economia paranaense no segundo capítulo, que seja pertinente às trajetórias sociais que pretendo identificar mais adiante. Para isso, serão focalizadas as três regiões escolhidas para este estudo: Paranaguá, Palmeira e Guarapuava.

No terceiro capítulo, a partir das listas nominativas de Paranaguá em 1817, de Palmeira em 1835 e de Guarapuava em 1835; foi realizada um estudo sobre os negros e pardos livres destas localidades nessas épocas. As listas nominativas de habitantes eram documentos que funcionavam como uma espécie de censo, registrando informações referentes aos domicílios e seus habitantes, sempre chefiados por um indivíduo. A partir desta documentação é possível descobrir muito sobre como eram estruturadas as famílias bem como suas complexidades, que poderiam envolver agregados e escravos. Com isso, dedico o capítulo a analisar os fogos de negros e pardos livres das três localidades estudadas, mensurando o tamanho que possuíam, a cor e sexo de seus habitantes e quais condições econômicas envolviam estas pessoas, levando em consideração as ocupações que esses livres exerciam. Também estará presente uma reflexão da condição de pobreza, que aparecia entre alguns livres registrados nas listas nominativas.

Durante o século XIX, foram estabelecidos diversos critérios para que um cidadão pudesse exercer o voto. Tais critérios passavam principalmente pela renda,

estado civil e naturalidade. O estabelecimento destes critérios tinha como objetivo que o votante qualificado demonstrasse possuir os meios de seu próprio sustento e de uma possível família, ou seja, eram mecanismos necessários para a comprovação de sua autonomia. A documentação criada a partir dessas diversas legislações eleitorais do século XIX foram as listas de qualificação de votantes. Tais listas eram ricas em diversas informações sobre os homens qualificados como votantes, tornando possível uma análise sobre a história social destas pessoas. No quarto capítulo, detalharei o funcionamento das listas de qualificação e das legislações que regulavam o processo eleitoral na qual elas estão inseridas. Apresentarei os resultados dos estudos das listas de qualificação de votantes de 1878 em Paranaguá e de 1880 em Palmeira e Guarapuava, dando atenção a distribuição de renda a partir de suas categorias profissionais.

Os dois tipos de fontes utilizadas, as listas nominativas e as listas de qualificação de votantes, proporcionam informações diferentes de épocas diferentes. É dentro dessas diferenças, que pretendo identificar os processos de mobilidade de negros e pardos livres. As listas de qualificação oferecem a possibilidade de traçar um perfil muito interessante quanto a situação social dos votantes, todavia, não é possível saber a cor dos homens qualificados. Contudo, as listas de qualificação possuíam um campo de informações referente as filiações, abrindo uma brecha para que a cor desses indivíduos seja averiguada através da outra documentação utilizada, as listas nominativas. Possuindo informações referentes a cor, as listas nominativas abrem a possibilidade de ser realizado um cruzamento de informações com as listas de qualificação de votantes. Desta maneira, no quinto capítulo, será apresentado o cruzamento de informações das listas de Paranaguá, Palmeira e Guarapuava, tentando identificar os votantes ou seus pais dentro das listas nominativas e assim definindo sua cor, bem como os possíveis processos de mobilidade de negros e pardos livres.

## I. LIVRES POBRES: MOBILIDADE, AUTONOMIA E COR NO IMPÉRIO

Os sistemas escravistas nas Américas sempre estiveram abertos a possibilidade de manumissão de seus escravos, o que fez com que a população negra livre crescesse ao longo dos séculos. Todavia, mesmo que escravos eventualmente se tornassem libertos, bem como no caso dos livres de cor, sempre houveram restrições quanto a sua liberdade. Os impérios ibero-americanos possuíam uma forte estratificação social que limitava diversos grupos ao acesso a mobilidade social e espacial. Libertos e livres de cor estavam inseridos nesse contexto. Todavia, por mais que essa política tivesse a pretensão de ser rígida, e de fato o era, a experiência nas colônias tornou essa estratificação mais flexível. Libertos e livres de cor passaram a ter maior aceitação social conforme seus números cresciam<sup>3</sup> e encontraram diversas estratégias de inserção social.

A partir do estudo de inventários *post mortem* da província do Rio de Janeiro, Hebe Mattos em seu livro “*Das Cores do Silêncio*”, resultado de sua tese de doutorado, traçou trajetórias de homens livres pobres, demonstrando que essas pessoas se encontravam em contextos de ampla mobilidade espacial e constituição de laços familiares e comunitários. Desta maneira, dois elementos se constituem nessa experiência: a possibilidade de trânsito de pessoas livres entre as várias regiões de fronteira agrícola, contrabalanceada pela necessidade de fixação nesses novos lugares<sup>4</sup>. Esses dois elementos aparentemente opostos, na realidade são complementares no sentido de que se influenciam mutuamente. Havia uma tendência de migração de filhos homens das famílias, devido a concentração econômica e social em suas regiões, enquanto as filhas mulheres tendiam a casar com outros homens migrantes, todos com o objetivo de fixar-se em um novo local em busca de oportunidades e ascensão social<sup>5</sup>.

Trabalhando a partir dos dados de testemunhas em processos judiciais, Hebe Mattos verifica que mais da metade desses sujeitos residia em uma região fora de seu local de nascimento, bem como a maioria era composta por lavradores, geralmente com

---

<sup>3</sup> KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2010. p. 273

<sup>4</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3ª edição revista, Campinas, SP. Editora UNICAMP, 2013. p.40

<sup>5</sup> Idem. p. 41

lavouras próprias, mesmo que em terra alheia. Todavia a constituição de uma lavoura demandava mais tempo, o que demonstra que muitos desses migrantes eram inseridos em estruturas familiares já existentes. A proporção de migrantes sobe muito quando são analisadas outras categorias profissionais, como negociantes e assalariados agrícolas<sup>6</sup>. Para Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, apesar dos brancos dificultarem o acesso de pessoas livres de cor a profissões mais especializadas, negros e pardos exerceram os mais variados ofícios na colônia e no império. Contudo, a aceitação ainda era maior entre as profissões menos especializadas, como negociantes e lavradores<sup>7</sup>, o que corrobora com o argumento de Mattos.

As comunidades, apesar de pobres, permitiam a inserção desses migrantes com certa facilidade. A maioria dos sujeitos vindos de outras regiões era casada oficialmente, principalmente lavradores. Jornaleiros e camaradas, por sua vez, demonstravam ser a categoria com menos casamentos, de acordo com Hebe Mattos, com a pesquisadora tendo encontrado apenas um caso de assalariado casado. Isso demonstra que a situação de jornaleiro ou camarada normalmente constituía uma fase transitória, com tal indivíduo procurando constituir laços em algum momento futuro<sup>8</sup>. Essas categorias profissionais assalariadas passaram a constituir importante meio de inserção social, inclusive de não brancos livres, que passaram a ser aceitos com mais facilidade ao longo do século XIX. Isso potencializava a experiência de liberdade tanto para aqueles livres que se encontravam em situação transitória, reafirmando sua condição livre por poder transitar em diversos locais trabalhando como assalariados, quanto para libertos que viam na condição de assalariado uma possibilidade de ascensão e aceitação social. Nesse universo rural, Hebe Mattos categoriza três tipos de assalariados: os que buscavam complementar a renda familiar, migrantes livres jovens e aqueles que haviam experimentado a experiência da escravidão<sup>9</sup>.

A condição de lavrador, por sua vez, indicava que o indivíduo possuía algo seu, mesmo que apenas a roça. Dessa maneira trabalhava para si, evidenciando sua condição de livre. Mesmo no caso de lavradores que eventualmente trabalhassem como

---

<sup>6</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio...* Op.Cit. p. 51

<sup>7</sup> KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil...* Op.Cit. p. 301

<sup>8</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio...* Op.Cit. p. 53

<sup>9</sup> Idem. p. 54

assalariados, Mattos argumenta que o que prevalecia era sua posição como lavrador, que ainda possuía uma propriedade em algum nível e não seria confundido com um cativo<sup>10</sup>. As fazendas possuíam uma abertura maior para que profissionais especializados trabalhassem como jornaleiros, que possuíam maior facilidade em estabelecer laços na região. Muitos deles trabalhavam em ofícios também exercidos por escravos, mas a distância da coerção e maus tratos, evidenciava sua condição de livre em contraste com a escravidão<sup>11</sup>. Às filhas, era comum permanecerem junto aos pais até conseguirem um casamento, o que geralmente acontecia com os homens migrantes de outras regiões. Entretanto, as mulheres também poderiam tornar-se migrantes, devido à viuvez e abandono, geralmente<sup>12</sup>.

Contudo, Hebe Mattos aponta que esta experiência de liberdade não era um elemento exclusivo de processos de empobrecimento que geravam essas pessoas móveis. Alforrias também contribuíam com esse processo ao formar libertos e descendentes livres que precisariam estabelecer-se em algum lugar, ou seja, a mobilidade também se constituía como um elemento de ascensão social. Isso contribuía na formação de uma complexa rede de hierarquias sociais. Escravos, em alguns casos, também possuíam condições de transitar espacialmente. Poderiam ser feitos acordos com o senhor, em que o escravo lhe pagaria um jornal de tempos em tempos, enquanto realizava suas atividades com relativa independência. A possibilidade de trânsito estava pautada nas relações pessoais que esses escravos poderiam estabelecer, mostrando como o respaldo comunitário era importante nessa sociedade. Hebe Mattos exemplifica inclusive a possibilidade de homens escravos casarem-se com mulheres livres, fazendo-os aproximar de uma experiência de liberdade. Todavia, esses cenários possuíam maior probabilidade de acontecer em ambientes urbanos, mesmo que no geral fossem poucos<sup>13</sup>. Na cidade do Rio de Janeiro, uma região de escravidão antiga e local de amplo fluxo de entrada de escravos, é evidente que as alforrias se acumulassem com mais frequência. Todavia, ao verificar o baixo índice de não-brancos livres nessa região, é sinal de que os alforriados e seus descendentes tendiam a migrar para outras localidades. Existia a tendência de não-brancos livres saírem de regiões de maior concentração urbana ou mesmo regiões de grandes centros agrários, para migrar em

---

<sup>10</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio...* Op.Cit.. p. 55

<sup>11</sup> Idem. p. 57

<sup>12</sup> Idem. p. 58

<sup>13</sup> Idem. p. 61

direção de locais de povoação mais recente, dispersa ou que de alguma maneira se encontra em decadência<sup>14</sup>, inserindo-se nesse sistema de mobilidade. Na década de 1830 são observáveis localidades no Paraná com grande presença de pessoas livres de cor na população, tanto entre as camadas mais pobres como em chefes de domicílios. Em Guaratuba, região empobrecida, a população não branca livre chegava a constituir três quartos da população total da vila em 1832, chefiando domicílios na mesma proporção. Em Castro, uma região bastante abastada na província do Paraná devido a atividade pecuária e trânsito de tropas, a presença de livres de cor era mais reduzida, compondo pouco menos de um quarto do total populacional<sup>15</sup>. Guaratuba estava afastada de mercados mais lucrativos, voltando-se para a produção interna, o que criava condições sociais e econômicas mais semelhantes entre negros e pardos livres devido a pobreza do local. Castro, por outro lado, estava fortemente inserida na rede de mercados dos interior do Brasil, inclusive o comércio de tropas, que proporcionou mais riqueza à região, que em consequência ampliou o seu contingente escravo. Assim, os negros e pardos livres possuíam menores possibilidades de inserir-se na região devido a alta competição, entretanto, os que conseguiam acabavam por se diferenciar mais internamente, criando uma rede de hierarquias mais complexa entre esses livres de cor<sup>16</sup>. Ambas as regiões eram de ocupação recente, com Guaratuba recebendo migrantes de regiões vizinhas com escravaria mais estabelecida, enquanto se dirigiam para Castro migrantes oriundos do norte da região, mais próximos de São Paulo.

Dentro do ambiente de mobilidade rural, era o estabelecimento de laços familiares que caracterizava a aceitação do indivíduo à comunidade, perdendo seu status de forasteiro e sendo considerado como membro da mesma<sup>17</sup>. A constituição familiar também facilitava o acesso a propriedade, essa que se perpetuava em outro processo importante de estabilidade dos indivíduos, sendo transmitida através das heranças<sup>18</sup>. A propriedade escrava, de acordo com Mattos, era bastante difundida entre as famílias, principalmente em regiões produtoras de alimentos, distanciando-se do modelo clássico de uma elite branca com uma larga escravaria. Além disso, o índice de casamentos era

---

<sup>14</sup>LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora: Migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844)*. In: Locus – Revista de História. Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2000, p. 103

<sup>15</sup> LIMA, Carlos A. M. *Hierarquia social, incorporação e estratégias de reprodução no Sul (Paraná 1730-1835)*. In: MOURA e SENA FILHO (org.). *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 110

<sup>16</sup> Idem. p. 111

<sup>17</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op.Cit. p. 67

<sup>18</sup> Idem. p. 68

bastante elevado, bem como o número de filhos em cada família, com a maioria dos casais gerando quatro filhos ou mais. Desta maneira, Mattos reforça a importância da constituição de uma família extensa como pré condição ao acesso à terra<sup>19</sup>.

A importância da constituição familiar nessa sociedade é mais uma vez reforçada quando se presta atenção aos novos casamentos que os indivíduos contraíam. Na análise de Hebe Mattos, é verificável que a viuvez sequer interrompe o intervalo do nascimento de filhos, sendo comum pessoas recém viúvas casarem-se logo em seguida e no intervalo biológico uma nova criança nascer<sup>20</sup>. Todavia, o casamento oficial, que nesse período era o religioso, nem sempre precede a constituição da família, porém serve como agente legitimador da existência da mesma<sup>21</sup>. Formando famílias extensas, esses livres possuíam melhores condições de trabalhar a terra, assim acumulando capital suficiente para a aquisição de escravos. Contudo essa escravaria era pequena e bastante difundida, geralmente com o intuito de substituir o trabalho de um filho que atingia a idade adulta e saíria de casa para constituir o próprio domicílio. Dentro dessa lógica, também existia a possibilidade de uma família livre conviver nas mesmas condições de uma família escrava, esperando-se uma reprodução doméstica a longo prazo, com a família livre adquirindo um casal de escravos para tal propósito<sup>22</sup>.

Nesse ambiente rural, as relações pessoais eram fundamentais para legitimar o acesso à terra das famílias. As testemunhas dentro de um processo de posse de terra, possuíam muito valor, mais até do que qualquer outra evidência documental, sendo possível legitimar uma propriedade apenas com o testemunho dos indivíduos da região<sup>23</sup>. Contudo, havia certas aberturas para o acesso à terra sem tanto respaldo social, mostrando que o acesso à terra poderia ser bastante flexível. Proprietários poderiam selecionar porções de suas terras como “situações”, que eram vendidas a terceiros sem necessariamente ter o aval do proprietário<sup>24</sup>.

Analisando os inventários *post mortem* de Campos e da Baixada Fluminense, o acesso à terra se torna muito mais corriqueiro após a aprovação da Lei de Terras, que coincide com o momento de declínio da escravidão devido a abolição do tráfico de

---

<sup>19</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op.Cit. p. 70

<sup>20</sup> Idem. p. 72

<sup>21</sup> Idem. p. 73

<sup>22</sup> Idem. p. 74

<sup>23</sup> Idem. p. 85

<sup>24</sup> Idem. p. 89



escravos<sup>25</sup>. As configurações familiares tornavam a escravidão bastante difundida, em consequência da dispersão precoce das famílias, com filhos solteiros saindo do núcleo familiar e sendo substituídos por escravos dentro da produção agrícola das famílias. Contudo, com esse declínio da escravidão, a saída dos filhos das residências familiares passava a ser retardada, tentando valorizar a extensão familiar<sup>26</sup>.

É verificável em processos judiciais a presença constante da cor sendo informada até meados do século XIX. Entre os livres, estes encontravam-se sempre classificados como brancos ou pardos. Para Mattos, a classificação da cor não se trata de uma questão de tonalidade da pele, mas sim uma classificação social, indicando o lugar que aquele indivíduo ocupava na sociedade. As evidências encontradas por Hebe Mattos nas fontes, dão a entender que os termos preto e negro, pelo menos ao que é referente a primeira metade do XIX, diziam respeito a pessoas ligadas ao cativo. A condição de livre, de acordo com essas fontes, pode-se associar a cor branca, sendo os pardos pessoas livres que ocupavam uma posição intermediária<sup>27</sup>.

A classificação das cores influenciava na dinâmica de mobilidade espacial e fixação das pessoas livres. Ocupar a categoria de pardo não envolvia apenas a cor da pele, mesmo esse sendo um elemento de identificação inicial, mas sim o reconhecimento da condição de livre pela comunidade que o sujeito estava se estabelecendo. Desta maneira, a mobilidade espacial, que estava tão ligada ao trânsito social, mostrava-se um elemento mais restrito a descendentes de africanos, que demandavam de mais legitimidade da comunidade do que brancos precisariam. Esta restrição não interferia apenas na liberdade do indivíduo de estabelecer-se em um local, mas também o colocava sob risco de escravização<sup>28</sup>.

Com o avançar do século XIX e a abolição do tráfico, a quantidade de proprietários de escravos tende a cair, assim como a população não branca livre tende a crescer. Dessa maneira, a identidade de brancos como senhores de escravos perde muito de seu significado<sup>29</sup>. As classificações profissionais também passam a ser repensadas, com o desuso de termos como “viver de”, que reforçavam a condição de livre, sendo substituídas por qualificações profissionais mais objetivas, fazendo referência diretamente à profissão. Hebe Mattos identifica esse processo como uma proletarização

---

<sup>25</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op.Cit. p. 92

<sup>26</sup> Idem. p. 97

<sup>27</sup> Idem. p. 42

<sup>28</sup> Idem. p. 43

<sup>29</sup> Idem. p. 103

dos trabalhadores, verificando também que existia um aumento no número de jornaleiros nas fazendas, executando tarefas bastante semelhantes aos escravos<sup>30</sup>.

A mudança cultural mais significativa encontrada pela autora é o desaparecimento da cor dentro das documentações, principalmente as judiciais. A cor branca, antes associada diretamente com a condição de livre, assim como o pardo como um caso de liberdade controlada e o negro relativo ao cativo, começam aparentemente a perder importância. Quanto mais próximo da abolição da escravatura, mais escassos esses termos acabavam se tornando. Em diversos períodos a classificação da cor tende a sumir nas documentações, porém, a partir da segunda metade do século XIX, esse desaparecimento foi bem mais massivo e significativo<sup>31</sup>. Para Mattos, nos períodos anteriores desse desaparecimento, a cor se constituía como identificação da condição de cativo atual ou passado. Em outras palavras, a cor era indicativo do status jurídico do indivíduo, demonstrando se ele era livre, liberto ou escravo; assim configurando não uma questão de raça necessariamente, mas sim o local de cidadania que cada um ocupava<sup>32</sup>.

O desaparecimento desses termos estava relacionado com a crescente inserção de mestiços e negros no mundo dos livres, antes de predominância branca. Assim como existia um processo de empobrecimento da população branca, surgindo mais brancos livres pobres, existia o movimento oposto de negros atingindo a condição de livre. Assim, de acordo com a autora, essa ausência de identificação quanto a cor é um silêncio decorrente de um mundo livre mais compartilhado. Contudo, a diferenciação quanto a escravidão continua existindo, porém tomando outras formas, já que a mobilidade e o acesso a propriedade se modificaram a partir da segunda metade do século XIX<sup>33</sup>.

Com o universo de livres e escravos passando a ser mais compartilhado, torna-se produtivo à muitos senhores que seus escravos tenham certa autonomia. Assim, diversos escravos acabavam por pagar jornais aos seus senhores, ao invés de lhe prestar serviços diretamente, assim obtendo condições para terem sua própria roça e acumular

---

<sup>30</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op.Cit.. p. 104

<sup>31</sup> Idem. p. 105

<sup>32</sup> Idem. p. 106

<sup>33</sup> Idem. p. 107

pecúlio para a alforria<sup>34</sup>. Essa forte interação entre diversos grupos livres e cativos, acabou por criar uma intensa troca cultural e modificou os olhares quanto a liberdade.

Para Hebe Mattos, a liberdade também era demonstrada a partir da potência de propriedade que os indivíduos eram capazes de possuir. Na situação de região de amplo sistema escravista, como era o caso da província do Rio de Janeiro, a propriedade mais comum era a aquisição de escravos. Mesmo homens livres pobres, quando conseguiam acumular dinheiro suficiente, adquiriam escravos. Assim a liberdade relacionava-se com a condição de trabalhar para si mesmo, demonstrando a autonomia do indivíduo, enquanto que o trabalho subordinado a terceiros era visto de maneira subalterna dentro da sociedade. Tal relação de trabalho, sendo para si ou para outrem, são fatores de potencialidade da liberdade ou de aproximação com a escravidão<sup>35</sup>. Contudo, com o avançar do século XIX, o número de não brancos livres tenderam a crescer bastante. Assim, Mattos acredita que esses não brancos livres não poderiam estar totalmente restritos a inserção social e serem desclassificados dentro da sociedade imperial, já que constituíam a maioria da população<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op.Cit. p. 109

<sup>35</sup> Idem. p. 44

<sup>36</sup> Idem. p. 46

## II. O PARANÁ NO SÉCULO XIX

Durante o século XIX, a erva-mate acabou se constituindo como um dos produtos mais lucrativos e de maior saída do porto de Paranaguá. Todavia, a erva-mate, como qualquer outra atividade econômica, teve seus altos e baixos. A congonha era uma árvore que crescia melhor entre vegetação nativa, portanto, a erva-mate de melhor qualidade era aquela produzida entre as plantas da região, o que fazia da sua colheita uma atividade que demandava pouca quantidade de trabalho, já que consistia em uma atividade extrativista. Desta maneira, devido a tal caráter de extração, o mate era uma atividade econômica com um acúmulo de capital difuso, com fortunas menos concentradas<sup>37</sup>. Em 1830, Paranaguá era uma vila próspera graças à erva-mate e à madeira. Entretanto, para Cecília Westphalen, a dedicação excessiva a essas atividades, fez com que lavouras fossem abandonadas e outros produtos importantes, como a farinha de mandioca, deixados de lado. Palmeira e Guarapuava também produziram erva-mate, mas foram perdendo sua importância ao longo do século XIX devido à escassez de ervais. Mesmo que a farinha de mandioca constasse como produto de exportação, ela precisava ser importada para alimentar a população parnanguara<sup>38</sup>. Todavia, ao analisarmos as listas de qualificação de votantes da região, é notável a existência de um grande número de lavradores, o que indicaria a existência de um mercado voltado para a produção interna, hipótese que será mais trabalhada adiante neste trabalho.

O lucro da erva-mate passa a ser uma das bandeiras adotadas pelos grupos que defendem a emancipação política da província nos anos subsequentes<sup>39</sup>. Porém, quando o Paraná é emancipado em 1854, a erva-mate vinha em uma sequência de altos e baixos, influenciados tanto pela situação política da região do Rio da Prata, seu principal mercado consumidor, como a superioridade da erva paraguaia. Era comum que os produtores do mate, visando o lucro acima do normal, misturassem as folhas de erva-mate com as de outros gêneros, baixando drasticamente a qualidade da erva

---

<sup>37</sup> LIMA, Carlos. *Uma "informação" sobre os negócios da erva-mate e o seu autor* (1837). História Econômica & História de Empresas XIV.1, 2011, pp p. 60

<sup>38</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. 1ª edição. Secretária de Estado da Cultura do Paraná, Curitiba, 1998p. 241

<sup>39</sup> Idem. p. 244

paranaense<sup>40</sup>. Zacarias de Góis e Vasconcellos, o primeiro presidente de província do Paraná, assim como seus sucessores, mostrou-se preocupado com a dedicação em excesso a produção e comercialização da erva-mate, alertando que o Paraná havia se tornado uma província atrasada, sem o cultivo de lavouras e industrialização. Zacarias acreditava que precisava ser mantido um equilíbrio entre as produções econômicas, porque depender apenas do comércio e produção da erva-mate era um grande risco que vinha atrasando a província<sup>41</sup>. Esse discurso de Vasconcellos é contrariado pelo trabalho empírico a partir do terceiro e quartos capítulos, mais adiante, que mostram a existência de uma agricultura substancial no Paraná.

Para Cecília Westphalen, na década de 1860, os hábitos da população paranaense continuavam voltados para a atividade pastoril e o comércio de mate, mantendo a província criticamente atrasada, sem agricultura e indústria. A situação da madeira, um dos grandes produtos de exportação, também era ruim, com cortes e derrubadas fora de época e de maneira abusiva, que prejudicavam a qualidade da madeira. A pesca no litoral não era capaz nem de sustentar as demandas locais, enquanto as invernadas do gado não lucravam como antes<sup>42</sup>. Toda essa série de mercados e produções mal planejadas e executadas, colocavam a província em pobreza extrema, forçando os paranaenses a importar produtos de necessidade básica, como gêneros alimentícios, de outros portos, principalmente o Rio de Janeiro.

Entretanto, com o advento da Guerra do Paraguai, a província conseguiu uma sobrevivência. Com a interrupção do abastecimento da erva paraguaia, diversos mercados voltaram a procurar o Paraná, que teve um aumento significativo de casas comerciais. Pelo porto de Paranaguá transitou uma grande quantidade de produtos, sendo que a esmagadora maioria das exportações foi de erva-mate, enquanto entre as importações a maior quantidade era de sal. Para Westphalen, mesmo com o bom movimento comercial trazido pela guerra, a província continuou voltada para as duas atividades costumeiras: a erva-mate e o gado<sup>43</sup>. Porém, mesmo com a imensa dedicação dos paranaenses ao mate, a própria indústria ervateira estava defasada e precisava de melhorias, caso contrário seria suplantada novamente com o término da Guerra do Paraguai. As autoridades buscaram melhorias para a indústria do mate, desde a implementação da roda hidráulica

---

<sup>40</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá: um sedutor..* p. 240

<sup>41</sup> Idem. p. 245

<sup>42</sup> Idem. p. 257

<sup>43</sup> Idem. p.258

até o acondicionamento em barricas de madeira<sup>44</sup>. Com tais melhorias, Paranaguá viu surgir o porto de Antonina como rival no carregamento da erva-mate, mesmo que os navios precisassem da permissão das autoridades do porto de Paranaguá para seguir viagem.

Todavia, estabilizada a situação política no Prata no início da década de 1870, o Paraná voltou a ter um papel secundário na produção do mate, devido principalmente à baixa qualidade de sua erva. A província continuou com uma economia estagnada com o avançar da década de 1870<sup>45</sup>. De acordo com o presidente de província Lamenha Lins, o prognóstico era que a erva-mate continuaria sendo a principal atividade e uma das únicas fontes de renda da região. A exportação da erva andava em um momento crítico, os mercados europeus não a compravam e mesmo quando dois beneficiadores alemães conseguiram estabelecer mercados na Europa, acabaram vitimados pela febre amarela e os acordos foram encerrados.

Em 1878 o Inspetor da Alfândega relata que os rendimentos dos portos de Paranaguá e Antonina eram cada vez menores e se preocupava pelo fato de o único grande produto de exportação paranaense não dar lucro suficiente<sup>46</sup>. Todavia, o porto de Antonina ainda possuía um fluxo comercial de erva-mate maior do que o de Paranaguá, graças à Estrada da Graciosa, que encaminhava boa parte da produção de erva-mate para aquele porto. A erva-mate seguia um rumo diferente dos outros gêneros de exportação brasileiros, que estavam sendo amplamente comprados e consumidos. Situações políticas no Uruguai e no Chile reduziram o mercado consumidor da erva paranaense, já que esses países não estavam mais em condições de comprá-la. Montevideu em 1877 e 1878, por exemplo, limitava-se a comprar cereais e carnes secas<sup>47</sup>. A primeira atividade a província do Paraná não tinha condições de suprir, enquanto a segunda estava em declínio.

A baixa qualidade da erva-mate paranaense, assim como a dedicação excessiva à atividade, são reclamações frequentes de diversas autoridades provinciais. Para eles, a desonestidade de muitos produtores e o perfil rústico da sociedade paranaense, colocaram a província em um estado de subdesenvolvimento crítico, que faz o Paraná perder consumidores em seu principal produto enquanto não tem condições de ofertar

---

<sup>44</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá...* Op. Cit.. p. 259

<sup>45</sup> Idem. p. 260

<sup>46</sup> Idem. p. 261

<sup>47</sup> Idem. p. 262

qualquer outro gênero. Ainda existia a questão do fisco, pois produtores de erva-mate contrabandeavam o produto até Santa Catarina, escoando-o pelo porto de São Francisco. Assim evitavam os impostos paranaenses, causando um imenso rombo no fisco da província<sup>48</sup>.

Guarapuava durante o século XIX, por sua vez, mostrava ser uma região de fluxo migrante, tanto pela política de aldeamentos quanto suas atividades econômicas. Por ser uma região de fronteira, a localidade criava condições propícias para que famílias e indivíduos em trânsito se fixassem à terra. O crescimento populacional da região na primeira metade do século XIX é um forte indicativo de sua característica de incorporar livres, já que crescia mais do que o restante do Paraná no período e possuía uma população bastante jovem. É notável que eram os agregados que possuíam um crescimento maior entre a população da região<sup>49</sup>.

De acordo com o relatório do presidente de província em 1859, Guarapuava exercia um papel fundamental na pecuária. Cerca de metade das cabeças de gado da província do Paraná estavam localizadas em Guarapuava e Palmas. Nos anos seguintes, a atividade pecuária na região aumentou, chegando a mais de 70% da criação de gado na província em 1865<sup>50</sup>. Um indicativo disso é quando se considera a quantidade de criadores presentes em toda a província paranaense, em contraste com os criadores presentes em Guarapuava. Considerando o censo de 1872, estão listados 80 criadores em toda a província do Paraná, sendo que 51 destes, encontravam-se em Guarapuava, o que demonstra a sua importância na pecuária e no comércio de tropas<sup>51</sup>. Apesar da pecuária continuar sendo apontada pelos presidentes de província como a principal atividade econômica guarapuavana, é notável em seus relatórios a menção à fertilidade da terra e a sua capacidade de produção para o abastecimento alimentício. Entretanto, é importante ressaltar também o alto teor de discurso imigrantista, sempre associando gêneros alimentícios europeus e indicando colônias imigrantes, como a colônia Thereza em 1870<sup>52</sup>. Devido a essa proeminência da pecuária na região, é evidente que a criação

---

<sup>48</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá...* Op. Cit., p. 265

<sup>49</sup> Ver NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Ao longo desta tese de doutorado, Netto aborda diversos aspectos da população de Guarapuava durante o século XIX, utilizando os dados encontrados em listas nominativas de censo da região de 1828, 1835 e 1840; além de relatórios de presidentes de província e o censo imperial de 1872. É uma boa referência para uma análise mais detalhada da população da região na época.

<sup>50</sup> NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Op.Cit. p. 39

<sup>51</sup> Idem. p. 122

<sup>52</sup> Idem. p. 36

aparecia como uma das principais atividades exercidas pelos habitantes de Guarapuava, mas junto a ela aparecem as ocupações de lavrador e jornaleiro. Importante ressaltar que apesar das ocupações principais, era comum que jornaleiros e criadores também possuíssem algum pedaço de terra onde plantavam alguma cultura, geralmente milho e feijão<sup>53</sup>. De tal maneira, considerando tanto os discursos dos presidentes de província, quanto as ocupações que as pessoas exerciam, é notável o forte indício da atividade agrícola em Guarapuava.

Palmeira aparece na década de 1870 e 1880 como uma região empobrecida e decadente. A região costumava ser um ponto significativo nas atividades pecuárias e de trânsito de tropas. Entretanto, desde o início da Guerra do Paraguai, essas atividades entraram em declínio<sup>54</sup>. Na primeira metade do século XIX, a região possuía um ambiente escravista em que mais de um terço dos domicílios possuía escravos. Nas décadas finais do mesmo século, o depauperamento atingiu também os senhores de escravos, que agora compartilhavam os cativos entre muitas pessoas. Os inventários apontam escravos sendo compartilhados como herança de dezenas de pessoas. Além disso, o tráfico interno de escravos também encontrava-se decadente<sup>55</sup>.

A situação precária em Palmeira abria espaço para ações de solidariedade comunitárias. Mesmo que permeadas por diversas redes hierárquicas, a comunidade mostrava-se aberta inclusive para a inserção de migrantes, geralmente indivíduos que foram ligados ao comércio de tropas, que, encontrando-se decadente, buscavam migrar para regiões como Palmeira de maneira a fixar-se à terra e exercer atividades agrícolas<sup>56</sup>. Essa mesma precariedade que permite que não somente os migrantes, mas que toda a comunidade dê uma atenção especial à atividade agrícola, inclusive mantendo pouco contato com seus escravos, que saíam em busca de jornal para os senhores<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX...* Op.Cit. p. 99

<sup>54</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Alforria, liberdades e propriedade nos últimos anos da escravidão brasileira. Um caso paranaense (1876-1881)*. Livro de atas do 1º Congresso da Associação internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua portuguesa. p. 4023

<sup>55</sup> Idem. p. 4024

<sup>56</sup> Idem. p. 4026

<sup>57</sup> Idem. p. 4027



### III. NEGROS E PARDOS LIVRES NAS LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES

#### *As listas nominativas de habitantes*

De acordo com André Cavazzani, as listas nominativas de habitantes foram uma invenção da época pombalina, na segunda metade do século XVIII, que se espalham por todos os domínios portugueses, baseadas em um raciocínio de gerenciamento populacional por parte de um Estado em construção<sup>58</sup>. Cavazzani aponta para o momento de criação das listas, em 1765, como a necessidade de estimar a capacidade de controle das posses portuguesas e avaliar o potencial de desenvolvimento econômico. Mesmo que a maneira como as listas nominativas foram confeccionadas mostrassem algumas alternâncias com o passar das décadas, alguns objetivos em comum permaneceram:

“[...] a busca pelo conhecimento das potencialidades militares do efetivo populacional da colônia em função das disputas territoriais com a Espanha; o conhecimento da população para melhor manobrá-la de acordo com as conveniências de ocupação do território e, finalmente, uma preocupação de cunho econômico, a busca do aperfeiçoamento na arrecadação de impostos.”<sup>59</sup>

Em fins do século XIX, mediante a Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, as técnicas de recenseamento seriam aprimoradas, transformando a classificação dentro das listas em um registro mais completo. Numa mentalidade mais econômica, os recenseadores passariam a registrar a localidade, ocupação, produção e rendimentos dos habitantes. Tal classificação seria centrada nos cabeças de fogos, que se tratavam dos chefes de domicílios seguidos de sua estrutura familiar. Também passam a ser confeccionados mapas de população, que dividiam a população por idade, gênero, estado civil, condição social e cor, criando assim uma base demográfica de informações<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> CAVAZZANI, André. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). São Paulo, Alameda, 2015. p.104

<sup>59</sup> Idem. p. 105

<sup>60</sup> Idem. p. 106

As listas nominativas de habitantes possuíam uma confecção bastante organizada, contanto com funcionários experientes na função, o que foi fortalecido com a presença da Família Real Portuguesa e durou até o início da década de 1830, com os capitães de ordenança enviavam as listas para apuração do governo de sua província. A partir do período regencial, em consequência das diversas problemáticas que surgem no cenário político imperial, as listas passam a ser desorganizadas, com divergências na maneira de recenseamento, bem como no formato<sup>61</sup>. Levando isso em consideração, a baliza temporal escolhida para pensar os habitantes de Guarapuava, Palmeira e Paranaguá, foi considerar as listas anteriores a década de 1840, por consistirem em documentos mais confiáveis.

As listas nominativas eram divididas por fogos, ou seja, domicílios, numerados a partir de seu chefe, também denominado como cabeça. Cada cabeça, podendo ser homem ou mulher, consta nas listas precedido por um número que irá identificar seu fogo. Abaixo do cabeça de fogo, segue-se a listagem dos residentes daquele domicílio, que geralmente obedecia uma estrutura hierárquica. Primeiro era listado o cabeça, como já mencionado, seguido de sua cônjuge<sup>62</sup>, para na sequência virem os filhos por ordem decrescente de idade. Após a classificação da família, eram registrados os agregados, quando haviam, seguindo também essa hierarquia familiar, caso houvesse. O mesmo valia para escravos, que viriam após os agregados. Ao lado dos nomes, seguia-se a informação referente a idade de cada membro do fogo, seu estado civil e sua cor, sendo esses dois últimos elementos geralmente referenciados apenas por uma letra (C para casado, S para solteiro, P para pardo, B para branco, etc). Após essas informações, era registrada a ocupação do cabeça de fogo, explicitando a quantidade de produtos por ele produzido, quando a atividade oferecia essa condição. Por fim, as listas marcavam a naturalidade do cabeça de fogo, sendo que o local dessa informação varia de lista para lista, com algumas dando a naturalidade juntamente ao nome ou podendo possuir um campo próprio.

---

<sup>61</sup> CAVAZZANI, André. Tendo o sol por testemunha. Op.Cit. p. 108

<sup>62</sup> Foi referido como “sua cônjuge” por conta de que nas listas nominativas estudadas, nenhuma chefe de domicílio mulher contava com um cônjuge sob sua chefia. Quando existia um casal formado dentro de um fogo, a tendência era que o homem fosse o cabeça.

### *A estrutura dos fogos de negros e pardos livres e seus habitantes*

A partir das listas nominativas de habitantes de Palmeira em 1835, Guarapuava em 1835 e 1840, e Paranaguá em 1817; foi possível manipular as suas informações de maneira que proporcionassem a possibilidade de analisar como era a organização social dos negros e pardos livres residentes dentro destas localidades. O primeiro elemento a ser analisado é a média de residentes que cada domicílio possuía, dividindo seus chefes por sexo e idade, desta maneira buscando entender como a estrutura destes domicílios funcionava ao longo do tempo.

*Tabela 1 - Domicílios chefiados por negros e pardos livres – n° médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1840)*

<b>Cabeças - Faixas etárias</b>	<b>Chefes do sexo masculino</b>		<b>Chefes do sexo feminino</b>	
	<i>Palmeira</i>	<i>Guarapuava</i>	<i>Palmeira</i>	<i>Guarapuava</i>
10 a 19 anos	1,0	2,0	-	-
20 a 29 anos	3,3	3,6	3,7	4,0
30 a 39 anos	4,3	5,3	5,0	7,0
40 a 49 anos	5,9	6,5	5,2	4,0
50 a 59 anos	3,7	3,3	3,5	2,0
60 a 69 anos	-	7,5	4,5	-
70 ou + anos	5,3	-	-	-
Total de fogos em números absolutos	48	35	19	6

*FONTE: Listas nominativas de habitantes – Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1840.*

No que diz respeito ao total de domicílios demonstrado na Tabela 1, em Palmeira foi desconsiderado um fogo chefiado por um homem, porque na lista não constava sua idade. Também no total de domicílios em Palmeira, foi desconsiderada uma chefe de domicílio mulher por conta de ser uma cativa. Observando os números médios de habitantes em cada domicílio, é perceptível que chefes mais jovens, no caso dos homens em Palmeira e Guarapuava, tendem a ter domicílios esvaziados, formado apenas pelo chefe ou esse e sua cônjuge. A partir da faixa dos 20 anos, até a faixa dos 40 anos, o número médio de residentes gradualmente aumentava, atingindo o ápice justamente na faixa etária que se estende dos 40 aos 49 anos. A partir dos 50 anos, os chefes de domicílio viam sua residência sofrer um esvaziamento, que era revertido a partir dos 60 anos em diante. Os domicílios chefiados por mulheres aparecem em menor quantidade, o que torna sua análise um pouco menos consistente. Contudo, no caso dos domicílios chefiados por mulheres em Palmeira, surge um cenário semelhante aos casos dos chefes homens, com poucos residentes entre as cabeças de fogos mais jovens, com

uma ascensão ao longo dos anos que passa por um pequeno declínio na faixa dos 50 anos e depois volta a crescer. Para Hebe Mattos, é comum que domicílios de áreas rurais apresentassem esta configuração de residentes ao longo do tempo, indicando que as chefiadas mais jovens estavam em processo de constituir sua família, que aumentaria com o tempo, já que era interessante a existência de famílias numerosas para realizar o trabalho na roça. O ponto de queda no número médio de habitantes dava-se justamente por marcar o momento em que os filhos saíam de casa para constituir suas próprias famílias. O aumento de residentes nos fogos chefiados pelos mais velhos, indicava que esses chefes procuravam agregar pessoas em seus lares, para dar conta de continuar sua produção, geralmente agrícola<sup>63</sup>. Para demonstrar essa possibilidade, escolhi as listas de Palmeira em 1835 e Guarapuava em 1840, contudo, quando manipulamos as listas nominativas de Guarapuava de cinco anos antes, o cenário demonstra algumas alterações, como pode ser visto na Tabela 2:

*Tabela 2 - Domicílios chefiados por negros e pardos livres – nº médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Guarapuava 1835 e 1840)*

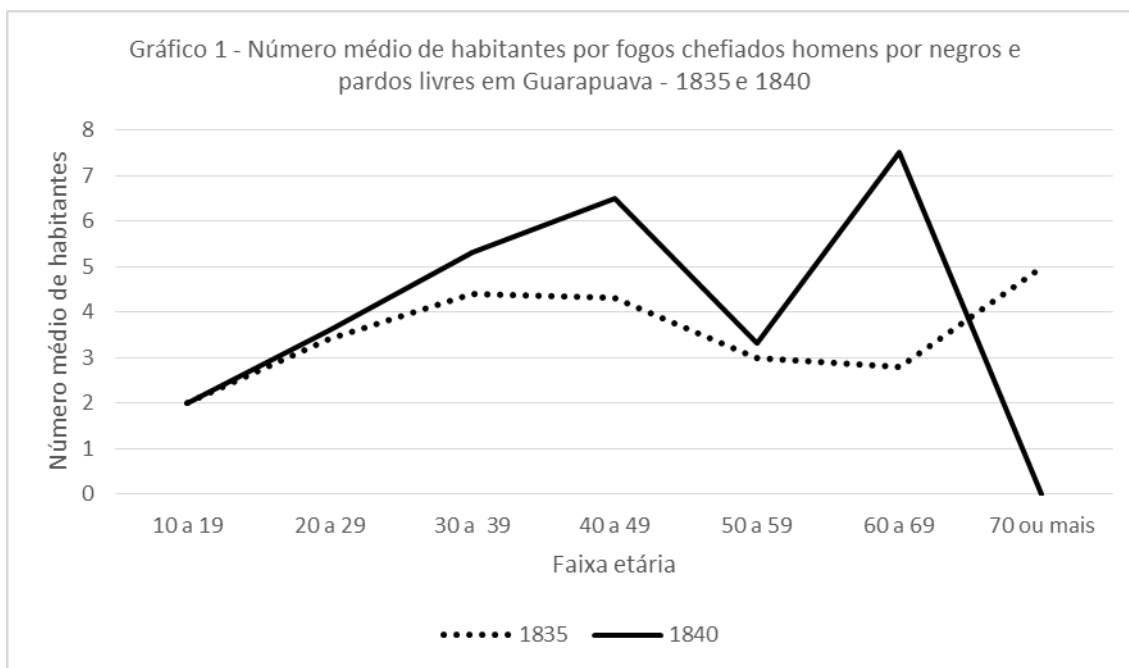
Cabeças - Faixas etárias	Chefes do sexo masculino		Chefes do sexo feminino	
	1835	1840	1835	1840
10 a 19 anos	2,0	2,0	-	-
20 a 29 anos	3,4	3,6	1,3	4,0
30 a 39 anos	4,4	5,3	2,7	7,0
40 a 49 anos	4,3	6,5	3,0	4,0
50 a 59 anos	3,0	3,3	3,0	2,0
60 a 69 anos	2,8	7,5	-	-
70 ou + anos	5	-	-	-
Total de fogos em números absolutos	65	35	7	6

*FONTE: Listas nominativas de habitantes – Guarapuava, 1835 e 1840.*

A primeira diferença entre estas duas temporalidades de Guarapuava, é que os fogos de negros e pardos livres chefiados por homens diminuí quase pela metade no ano de 1840. Os fogos chefiados por mulheres, mesmo que sejam bem menos casos, também apresentam uma queda com o avançar de cinco anos. O aumento médio de habitantes nos domicílios de acordo com a faixa etária de seus chefes é bem mais sutil no ano de 1835, sendo que a faixa dos 40 anos possui uma pequena queda, diferente do que acontece no ano de 1840, quando aumenta. A faixa dos 60 anos também apresenta uma diferença considerável, quando em 1840 é a faixa em que os chefes possuem mais

<sup>63</sup> MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio. Op. Cit. p. 70

residentes nos domicílios, em 1835 tornou-se o ponto em que os chefes de domicílio tem mais residentes apenas do que a faixa etária de antes dos 20 anos. Para visualizar melhor como os fogos de 1835 e 1840 em Guarapuava se diferenciavam, sua variação da média de habitantes pelas faixas etárias foi explicitada na Gráfico 1.



FONTE: Listas nominativas de habitantes – Guarapuava, 1835 e 1840.

Observando as duas linhas, vemos que os fogos de 1840 em Guarapuava eram sempre maiores do que os de 1835, sendo a faixa etária dos 50 anos o momento que eles mais se aproximaram. Uma inversão acontece a partir dos chefes de domicílio com 70 anos ou mais, contudo esses domicílios são poucos em quantidade. De maneira geral, os fogos em Guarapuava diminuem em quantidades, mas acabam aumentando em tamanho ao longo desses cinco anos. De acordo com Fernando Franco Netto, na primeira metade do século XIX em Guarapuava, havia uma tendência crescente a movimentação demográfica entre os domicílios, que passaram a incorporar diversos agregados<sup>64</sup>.

Paranaguá foi analisada a parte por conta da fonte da localidade ser mais antiga, de 1817, bem como ser uma região bastante distinta de Palmeira e Guarapuava, por tratar-se primeiramente de uma área portuária, mas também bastante mais antiga que as duas outras. Em Paranaguá, no ano de 1817, a distribuição média de residentes em fogos chefiados por negros e pardos livres dá-se de acordo com a Tabela 3:

<sup>64</sup> NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Op. Cit. p. 108

*Tabela 3 - Domicílios chefiados por negros e pardos livres – nº médio de habitantes livres em cada fogo, conforme a faixa etária e o sexo dos cabeças (Paranaguá, 1817)*

<b>Cabeças - Faixas etárias</b>	<b>Chefes do sexo masculino</b>	<b>Chefes do sexo feminino</b>
10 a 19 anos	1,5	-
20 a 29 anos	3,7	4,0
30 a 39 anos	4,1	3,6
40 a 49 anos	4,3	3,8
50 a 59 anos	5,1	4,4
60 a 69 anos	4,7	3,5
70 ou + anos	3,0	4,2
Total de fogos em números absolutos	80	44

*FONTE: Listas nominativas de habitantes – Paranaguá, 1817.*

Dentre as três localidades estudadas, era Paranaguá que apresentava a maior proporção de domicílios chefiados por negras e pardas livres, representando pouco mais de um terço do total. O número médio de residentes de acordo com a idade dos chefes de seus domicílios também apresentava uma variação semelhante a Guarapuava em 1840 e Palmeira em 1835. Aqui, os fogos chefiados pelos mais jovens possuíam menos residentes, que aumentavam até chegar na faixa dos 50 anos e caíam na sequência. No caso dos chefes homens, a queda continuava, enquanto que nas chefes mulheres cresce na faixa etária dos 70 anos. Também no caso das mulheres, a faixa etária dos 20 anos apresentava uma pequena diferença, sendo que o número médio de residentes era maior que as faixas subsequentes, sendo ultrapassada somente no pico dos 50 anos.

Até o momento foram analisadas os tamanhos dos domicílios chefiados por negros e pardos livres em Paranaguá, Palmeira e Guarapuava. Agora, é preciso verificar como era a distribuição total de negros e pardos livres nestes três locais, entendendo que a cor de cada grupo correspondia a outras estruturas sociais, como discutido no primeiro capítulo.

Tabela 4 - Distribuição dos pardos e negros livres por cor, sexo e faixa etária (Palmeira, 1835; Guarapuava, 1835 e Paranaguá, 1817)

<b>Palmeira, 1835</b>				
Faixas etárias	Negros		Pardos	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0 a 9	11	11	58	48
10 a 19	15	7	25	33
20 a 29	3	9	8	16
30 a 39	6	4	10	20
40 a 49	1	8	18	11
50 a 59	1	5	7	3
60 a 69	1	2	-	1
70 ou +	3	-	-	2
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	<b>126</b>	<b>134</b>
<b>Guarapuava, 1835</b>				
Faixas etárias	Negros		Pardos	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0 a 9	2	-	17	22
10 a 19	-	1	16	15
20 a 29	2	1	20	13
30 a 39	-	-	20	10
40 a 49	2	-	20	3
50 a 59	2	-	4	3
60 a 69	1	-	2	-
70 ou +	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>101</b>	<b>66</b>
<b>Paranaguá, 1817</b>				
Faixas etárias	Negros		Pardos	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0 a 9	3	4	95	70
10 a 19	1	2	41	69
20 a 29	4	1	28	49
30 a 39	3	8	26	31
40 a 49	4	1	24	27
50 a 59	1	5	17	17
60 a 69	1	-	8	13
70 ou +	3	1	3	4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>242</b>	<b>280</b>

*FONTE: Listas nominativas de habitantes – Paranaguá, 1817; Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1835.*

Nas três localidades estudadas, os negros e pardos livres, de maneira geral, constituíam uma população bastante jovem. Palmeira, Guarapuava e Paranaguá eram localidades com muitos pardos livres jovens, com a população abaixo dos 30 anos constituindo cerca de 62%, 72% e 54% do total de pardos, respectivamente. Guarapuava, demonstrava maior equilíbrio entre a população parda até atingir a faixa etária dos 50 anos, caindo drasticamente a partir daí. Essa última localidade, por constituir uma região de ocupação recente, provavelmente não havia constituído ainda uma população sólida o suficiente para uma reprodução expressiva que se prolongasse

ao longo do tempo, o que corrobora com a ideia de que a população parda livre era constituída por migrantes que se dirigiam às periferias. A população negra livre em Guarapuava e Paranaguá também era bastante enxuta, o que não necessariamente indica ausência de negros, até porque a cor nesse período do século XIX, como indica Mattos, é mais uma classificação social do que fenotípica, de tal modo que a presença menor de negros livres registrados pode ser um sinal de abertura na mobilidade social dentro dessas duas localidades. No caso de Paranaguá, a classificação da cor vai para além dos negros, pardos e brancos, existindo a figura do mulato. É difícil compreender o que a figura do mulato indicava exatamente neste contexto, porém, de qualquer maneira, é uma categoria que ocupa um lugar social intermediário entre o negro e o branco, portanto foi analisado conjuntamente aos pardos. Dentro deste montante de pardos, os mulatos constituem cerca de um quinto do total. Tais categorias de cor transitam bastante em processos ascendentes e descendentes de mobilidade, o que pode ser verificado quando estudamos as uniões matrimoniais.

O casamento entre pessoas livres de cor era bastante difundido, equiparando-se com as taxas de casamentos entre a população branca em diversas localidades, como no Sudeste. Em diversos momentos, brancos e não brancos cruzavam a hierarquia de cor e contraíam matrimônio, podendo inclusive unir-se a cativos, como Luna e Klein observam em algumas regiões baianas<sup>65</sup>. De acordo com Lima, observando os casais formados em Guaratuba nos anos de 1828 e 1832 e em Castro no ano de 1835, nota-se que na primeira localidade, as uniões aconteciam entre pessoas de mesma cor com apenas uma exceção em 1828, quando um homem negro se une à uma parda. Em Castro o cenário é um pouco diferente. Mesmo que a maioria das uniões continue sendo entre pessoas de mesma cor, aparecem mais casos de pessoas de cores diferentes formando casais. Isso mostra que Castro era uma região que permitia maior trânsito social entre as pessoas livres de cor<sup>66</sup>. A Tabela 5 expõe as alianças matrimoniais de Guarapuava, Palmeira e Paranaguá. As linhas diagonais da esquerda para a direita na Tabela 5, representam casamentos igualitários em relação a cor.

---

<sup>65</sup> KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil...* Op.Cit. p. 290

<sup>66</sup> LIMA, Carlos A. M. *Hierarquia social, incorporação e estratégias de reprodução no Sul...* Op.Cit. p. 118



Tabela 5 - Alianças matrimoniais entre livres (Palmeira, 1835; Guarapuava, 1835 e Paranaguá, 1817)

<b>Palmeira</b>			
	Homens		
Mulheres	Branco	Pardo	Negro
Branca	90		
Parda	1	31	5
Negra		1	7
<b>Guarapuava</b>			
	Homens		
Mulheres	Branco	Pardo	Negro
Branca	30	1	
Parda	5	11	1
Negra			
<b>Paranaguá</b>			
	Homens		
Mulheres	Branco	Pardo	Negro
Branca	80	10	
Parda	2	43	7
Negra		1	3

FONTE: Listas nominativas de habitantes – Paranaguá, 1817; Palmeira, 1835 e Guarapuava, 1835.

A maior parte das pessoas casadas era branca, sendo que em Paranaguá os casamentos envolvendo pessoas brancas representavam quase metade do total, enquanto que em Palmeira representavam quase três vezes os casamentos que não envolvem brancos. A vasta maioria dos casamentos em Guarapuava, Palmeira e Paranaguá era endógamo, ou seja, acontece entre pessoas de um mesmo grupo, nesse caso, pessoas registradas com a mesma cor. Contudo, não são todas as uniões que estão presas dentro da hierarquia da cor. Em Palmeira e Guarapuava, mesmo que sejam poucos casos, existia a possibilidade de processos de mobilidade através do casamento. Juntando as duas localidades, são seis homens negros em um processo de mobilidade ascendente através de casamentos com mulheres pardas; o mesmo vale para seis mulheres ascendendo através de casamentos com homens brancos e mais um homem pardo através do casamento com uma mulher branca. No caso de Paranaguá, os casamentos entre pessoas de cores diferentes eram um pouco mais expressivos. São sete homens negros, dez homens pardos, uma mulher negra e duas mulheres pardas em processos de mobilidade ascendente através do casamento.

Um fenômeno interessante em Paranaguá, que mostra como é diversa e complexa a classificação da cor, é quanto aos matrimônios de homens pardos com mulheres brancas. Em metade dos casos, os filhos de um homem pardo casado com uma mulher branca são classificados como pardos, o que é a ocorrência mais comum de ser

encontrada em estudos do tipo. Contudo, na outra metade dos casos em Paranaguá, os casamentos entre homens pardos e mulheres brancas tem filhos registrados como brancos. Analisando a ocupação desses cabeças de fogo, vê-se que em quatro dos cinco casos de filhos brancos, seus pais possuíam alguma função militar, enquanto que nos outros cinco casos, apenas um dos pais de filhos pardos, possui uma denominação militar. A hipótese é que essas ocupações ligadas ao âmbito militar, poderiam demonstrar certo prestígio dentro daquela sociedade, o que faria com que os filhos desses casamentos mistos, ascendessem hierarquicamente em relação a cor.

### *Uma amostra das ocupações de negros e pardos livres*

Outro tipo de informação que estava presente nas listas nominativas de habitantes eram as ocupações dos chefes de domicílio, bem como sua possível renda e os produtos de sua atividade, mesmo que essas duas últimas informações fossem mais inconstantes. Com estes registros, é possível fazer um panorama de que funções os negros e pardos livres exerciam, ajudando a entender a sua condição social.

Na lista nominativa de habitantes de Guarapuava de 1835, a maioria dos pardos exercia mais de uma atividade, geralmente algum tipo de plantação compartilhada com a criação de animais. Dentre os 60 chefes de domicílio pardos, somente treze deles possuíam apenas um tipo de atividade registrada, sendo quatro jornaleiros, um lavrador (plantava milho), cinco soldados e José Antônio Guedes, de 27 anos, cirurgião de expedição; sendo que esses últimos seis estavam todos estacionados, indicando uma relação com o aldeamento. São 25 chefes de domicílio pardos que exerciam pelo menos duas atividades de acordo com os registros e outros 22 que foram marcados com três ocupações. No montante total de pardos, pouco mais da metade vive de jornal. As mulheres pardas que chefiavam domicílios eram apenas sete, também envolvidas com criação de animais, lavouras e vivendo de jornal. Os cabeças de fogos negros, por sua vez, eram apenas cinco e todos homens, sendo três deles jornaleiros e dois vivendo de plantações e criação de animais. Não haviam mulheres negras como cabeças de fogos.

Na lista nominativa de Guarapuava do ano de 1840, para efeito de comparação, aparecem registrados 32 cabeças de fogos pardos e mulatos, que serão analisados conjuntamente apenas como pardos, como já explicado anteriormente. São 18 lavradores, quatro jornaleiros, três negociantes, um capataz, um ferreiro, um pedreiro,

três cabeças sem registro de ocupação e Henrique dos Santos Carvalho, de 64 anos, classificado como fazendeiro e com sete pessoas em sua residência, sendo seis agregados. Dentre as seis mulheres pardas chefes de domicílio, apenas Francisca Leite, mulata de 30 anos, possuía registrada a sua ocupação: jornaleira. Eram apenas três homens negros que chefiavam domicílios em Guarapuava em 1840, sendo dois jornaleiros e um sapateiro. Não haviam mulheres negras como cabeças de fogos.

Palmeira em 1835, contava com 36 chefes de domicílio pardos. Com exceção de Manoel Antônio Dias, que era sapateiro e negociante, todos os outros chefes constavam com no máximo uma ocupação. José Alves, de 38 anos, e Brás de Chaves, de 40 anos, não constavam com nenhuma ocupação, apesar desse último ter sido registrado como tendo produzido milho, feijão e possuindo uma pequena renda, o que sustenta a possibilidade de Brás de Chaves ter sido um lavrador. Inclusive eram os lavradores que constituíam a maior parte das ocupações destes chefes de domicílio pardos, totalizando vinte registros. As outras ocupações eram variadas. Na lista nominativa de habitantes de Palmeira aparecia a existência da classificação como pobre para algumas pessoas. Dentre os chefes pardos, são três ocorrências: Teodoro dos Santos, de 39 anos; Leandro dos Santos, de 40 anos e Felisberto Dias, de 44 anos. Nenhum dos três possuía qualquer tipo de registro quanto a ocupação, produção ou renda. Quanto as mulheres pardas que eram cabeças de fogo, em Palmeira eram oito ocorrências. Apenas Viridiana Maria, de 60 anos, possuía a ocupação de lavradora, produzindo milho e tendo um rendimento. Ana Pinheiro, de 40 anos, foi registrada como vivendo de seu trabalho, porém não consta nenhuma informação quanto a rendimento e produção. Três mulheres, sendo uma viúva e duas solteiras, também foram classificadas como pobres. As últimas três mulheres não possuíam informação quanto a ocupação, porém foram registradas com uma produção de feijão e milho.

Os chefes de domicílio negros de Palmeira totalizavam 12 homens. Eram cinco lavradores, sendo que Manoel da Silva, de 70 anos, também era mineiro. Também estão registrados três jornaleiros e outros quatro sem informação quanto a ocupação, contudo possuíam uma produção de milho e feijão. As mulheres negras chefiavam 10 residências, porém apenas duas possuíam registro quanto a ocupação, sendo ambas lavradoras. São quatro ocorrências sem registro quanto a ocupação, sendo que duas destas mulheres possuíam uma produção de milho e feijão, apesar disso. A pobreza volta a aparecer entre as mulheres. No caso das negras, são cinco registros de chefes de

domicílio pobres, quatro delas solteiras e uma viúva. Voltaremos a pensar a questão da pobreza mais adiante.

Por fim, Paranaguá em 1817 apresentava 68 chefes de domicílio pardos (mulatos incluídos). Diferentemente de Palmeira, em que os registros de ocupações são bem precisos, em Paranaguá a classificação se assemelha com Guarapuava, havendo várias denominações para atividades semelhantes, geralmente usando termos como “vive de” e “planta para”. Do total de chefes de domicílio pardos, 35 estavam registrados com apenas uma ocupação, 26 com duas ocupações e três marcados com três ocupações, sendo os últimos ligados a milícia. Havia também quatro chefes pardos sem nenhuma classificação quanto a ocupação. Doze destes chefes plantavam mandioca, 17 viviam de lavoura e 19 plantavam para o seu sustento ou gasto. Quinze chefes pardos do total, eram milicianos ou soldados, geralmente registrados como plantando mandioca, vivendo de lavoura e plantando para seu gasto, exceto Francisco Ruiz, de 41 anos, que vivia de seu jornal. Havia também dois pescadores, dois alfaiates, dois sapateiros, um carpinteiro e um pardo que vivia de sua venda. Dentre aqueles que exerciam mais de uma ocupação, era comum a venda de taboado, freixos e pregos. As 35 mulheres pardas chefes de domicílio, por sua vez, em sua maioria exerciam atividades de ganho. Eram 12 mulheres que viviam de costura, seis que viviam de lavar, duas viviam de suas vendas e uma vivia de sua quitanda. Também haviam mulheres vivendo de atividades da roça, sendo que cinco delas vivam de lavoura e oito plantavam para o seu gasto/sustento. Eram quatro mulheres sem nenhuma informação quanto a ocupação, bem como Maria da Mota, de 54 anos, que era sustentada pelo filho sapateiro. Apenas quatro mulheres apareciam com duas ocupações, sendo a segunda a venda de algum produto.

Por fim, os negros e negras de Paranaguá em 1817. Havia apenas sete homens negros como chefes de domicílio, sendo que cinco deles viviam de lavoura. Um plantava para o seu gasto e o outro, José Pinto, de 52 anos, vivia pobre. Joaquim Rosa, de 61 anos, além de viver de lavoura também vivia de seu jornal. Jacinto dos Santos, de 52 anos, era o chefe que plantava para o seu gasto, mas também vendia botas. Já entre as seis mulheres negras que encabeçavam fogos, duas viviam de lavar, uma vivia de costura, uma de lavoura e outra de suas agências. A sexta mulher, Joana Vaz, de 54 anos, era sustentada pelo filho alfaiate.

Nas três regiões existia uma predominância de atividades ligadas a lavoura entre negros e pardos livres. Isso fortalece o indicativo da presença de um campesinato negro, com livres de cor produzindo tanto para o consumo próprio, quanto ao abastecimento interno de alimentos. Mesmo que a historiografia tradicional do Paraná aponte para a futura província com uma agricultura atrasada, ao observar os negros e pardos livres que habitavam a região, é perceptível que pelo menos em seu universo esse atraso é relativo, principalmente se considerarmos as complicações que envolviam a experiência de liberdade de negros e pardos. Em resumo, mesmo que depauperada e pequena, a agricultura existia entre essas pessoas.

### ***O que condicionava à pobreza nas listas nominativas?***

O registro da pobreza que aparece nas listas nominativas de habitantes de Palmeira e Paranaguá é bastante curioso. Registrar a pessoa como pobre demonstra uma atenção diferente por parte do responsável pelo registro. São casos que precisam ser observados com maior profundidade. Das 19 mulheres negras e pardas que chefiavam domicílios em Palmeira, oito delas estavam na condição de pobres, enquanto que entre todos os 48 homens que encabeçavam fogos, apenas três aparecem na mesma condição. Em Paranaguá também aparece um homem negro classificado como pobre. Ao todo, são 12 ocorrências, que serão analisados individualmente para podermos entender o que a pobreza significava. Para facilitar a análise, será considerada também a Tabela 1 e Tabela 3, presentes no início deste capítulo, com o número médio de habitantes dos domicílios de acordo com a faixa etária e sexo dos cabeças de fogo.

#### **Chefes de domicílio negras e pardas livres pobres em Palmeira**

**Ana Josefa:** parda, 38 anos e solteira. Vivia com os filhos Joaquim, 16 anos; Benedito, 9 anos; Maria, 10 anos; Ana, 4 anos e Leandrina, 2 anos; todos pardos. Não havia qualquer registro quanto ao seu rendimento ou produção. O fogo de Ana Josefa estava acima da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Joaquina Maria:** parda, 50 anos e viúva. Vivia com os filhos José, 11 anos e Benedito, 3 anos; e também com os agregados Bárbara, 20 anos e Domingos, 6 anos; todos pardos. Não havia qualquer registro quanto ao seu rendimento ou produção. O fogo de Joaquina Maria estava acima da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Rosa Maria:** parda, 40 anos e solteira. Vivia com os agregados Salvador, 19 anos; Cândida, 14 anos e Lucinda, 5 anos; todos pardos. Salvador e Cândida eram casados, então Lucinda provavelmente era filha do casal. Não existe menção quanto a rendimento ou produção de Rosa, porém, Salvador era ocupado como carpinteiro. O fogo de Rosa Maria estava abaixo da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Josefa Maria:** negra, 32 anos e viúva. Vivia com os filhos Antônio, 14 anos; Benedita, 16 anos e Maria, 5 anos; todos negros. Possuía um rendimento de 25\$000 (vinte e cinco mil-réis) e produziu 80 alqueires de milho e três de feijão. O fogo de Josefa Maria estava abaixo da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Maria Vitória:** negra, 41 anos e solteira. Vivia com os filhos Fidêncio, 13 anos; Antônio, 11 anos; André, 9 anos; João, 8 anos; Floriano, 6 anos e Francisco, 2 anos; todos negros. Não havia qualquer registro quanto ao seu rendimento ou produção. O fogo de Maria Vitória estava acima da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Páscoa Maria:** negra, 59 anos e solteira. Vivia com as filhas Balbina, 25 anos e Clemência, 20 anos; ambas negras. Produziu 25 alqueires de milho e marcou 3 suínos. O fogo de Páscoa Maria estava abaixo da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Adriana dos Santos:** negra, 20 anos e solteira. Vivia com a filha Maria, 4 anos e negra. Produziu 30 alqueires de milho e 3 de feijão. O fogo de Adriana dos Santos estava abaixo da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Marcella Maria:** negra, 61 anos e solteira. Vivia só. Produziu 10 alqueires de milho e marcou 6 suínos. As mulheres chefes de domicílio da faixa etária de Marcella Maria, tinham em média 4,5 residentes em seus fogos.

### **Chefes de domicílio negros e pardos livres pobres em Palmeira**

**Felisberto Dias:** pardo, 44 anos e casado. Vivia com a esposa Bonna, 38 anos; e com os filhos José, 17 anos; Claro, 13 anos; Miguel, 11 anos e Felipe, 8 anos; todos pardos. Não existe menção quanto a rendimento ou produção de Felisberto, porém, José estava registrado como jornalista. O fogo de Felisberto Dias estava na média em número de residentes para sua faixa etária.

**Teodoro dos Santos:** pardo, 39 e casado. Vivia com a esposa de nome ilegível, 32 anos; e com os filhos José, 11 anos; Joaquim, 10 anos e Cândido, 6 anos; todos pardos. Não havia qualquer registro quanto ao seu rendimento ou produção. O fogo de Teodoro dos Santos estava acima da média em número de residentes para sua faixa etária.

**Leandro dos Santos:** pardo, 40 anos e casado. Vivia com a esposa Joana, 24 anos; e com os filhos Joaquim, 10 anos; João, 8 anos; Dominga, 9 anos e Maria, 2 anos; todos pardos. Não havia qualquer registro quanto ao seu rendimento ou produção. O fogo de Leandro dos Santos estava na média em número de residentes para sua faixa etária.

### **Chefes de domicílio negros e pardos livres pobres em Paranaguá**

**José Pinto:** negro, 52 anos e casado. Vivia com a esposa Córdula Maria, 43 anos; e com o filho Fabrício, 12 anos; ambos pardos. O fogo de José Pinto estava abaixo da média em número de residentes para sua faixa etária.

Os fogos chefiados por negros e pardos livres em condição de pobreza eram bastante variados. Em relação ao número de habitantes, poderiam estar acima, abaixo ou na média geral. Desta maneira, a condição de pobreza poderia ser tanto por fogos pequenos, sem condições de produzir o suficiente, quanto por fogos com muitas pessoas que não estavam em condições de trabalho, como é o caso de Ana Josefa, que vivia com muitas crianças. Também poderia acontecer casos como o de Rosa Maria, que sob sua chefia estava uma família de agregados. Mesmo que em Palmeira apareça o registro de rendimentos e de produção agropecuária, os números são bastante inconstantes, com vários chefes de domicílios não constando com nenhuma informação. Contudo, fazendo uma média dos números que existem na lista, os negros e pardos livres possuíam uma renda média de 60\$000, o que fica bem acima dos rendimentos registrados entre as pessoas em condição de pobreza. A produção de feijão média também estava acima do registrados entre os pobres, com 9 alqueires, já a produção de milho estava por volta de 54 alqueires. Mesmo que na residência de Josefa Maria a produção tivesse sido de 80 alqueires de milho, parece não ter sido o suficiente para alterar sua condição. Além disso, a maioria dos fogos produzia diversas culturas.

Apesar da amostragem ser pequena, é bastante significativa, já que evidencia uma suscetibilidade das mulheres à pobreza. Os quatro homens pobres eram casados, enquanto que das oito mulheres, duas são viúvas e as outras seis solteiras. Essa

marginalização das mulheres de cor, pelo menos no caso das solteiras, poderia estar ligada ao abandono por parte dos parceiros, criando uma condição de instabilidade para essas mães. De qualquer maneira, mesmo que não encontremos os motivos que expliquem a pobreza de maneira geral, observar este fenômeno serve justamente para demonstrar como essa sociedade em que os negros e pardos livres estavam inseridos era complexa e diversificada.



#### IV. LAVRADORES POBRES NO PROCESSO ELEITORAL

##### *O funcionamento das eleições e as listas de qualificação de votantes*

As primeiras leis eleitorais brasileiras são decorrentes da Constituição de 1824 e até o ano de 1881, quando o sistema eleitoral é reestruturado, as eleições eram censitárias, indiretas e possuíam dois graus de participação. O governo imperial criava as condições jurídicas para a formação de listas de qualificação de votantes, que por sua vez deveriam ser executadas e organizadas pela esfera provincial<sup>67</sup>. Na Província do Paraná, criada em 1853, iria vigorar por muito tempo a lei n° 387 de 19 de agosto de 1846, estabelecendo a maneira como deveriam proceder as eleições. Tal lei determinava que no terceiro domingo de janeiro de cada ano, cada paróquia formaria uma Junta de Qualificação, com o objetivo de formar uma lista de cidadãos em condição de voto em no máximo vinte dias. Esta junta avaliaria a lista anterior e a atualizaria, determinando quem havia mantido, perdido e ganhado direito ao voto. Para fazer parte desta lista de votantes organizada pela Junta de Qualificação, o cidadão precisaria ter cidadania ou naturalidade brasileira, além de possuir residência ou intenção de permanecer na paróquia. Também precisaria ser maior de 25 anos, a menos que fosse casado, oficial militar, jurista ou clérigo secular. Criados eram proibidos de votar, a menos que fossem criados brancos da casa imperial ou de algumas profissões específicas. Na legislação de 1846, os deputados decidiram reavaliar o limite de renda de 100\$000. Argumentando que o mil-réis sofrera desvalorização, decidem que a renda deveria ser avaliada em prata, assim aumentando o valor mínimo para 200\$000. Entretanto, apesar do limite de renda ter subido, ele continuava abaixo da inflação entre a legislação de 1824 e a de 1881. Além disso, tal limite de renda não configurava uma quantia exorbitante de dinheiro, sendo que quase metade da população masculina com mais de 25 anos era capaz de atingir<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> CARDOSO, Jayme Antônio. A população votante de Curitiba: 1853 – 1881. Dissertação. UFPR, Curitiba, 1975, p. 11

<sup>68</sup> CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo de. & CAMPOS, Adriana Pereira. (Org). Perspectivas da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. p. 42

Obedecendo a todos os critérios, o cidadão era considerado votante e precisaria exercer o voto pessoalmente, obedecendo à primeira, segunda ou terceira chamadas. Os votantes constituíam o primeiro grau de voto e a eles ficava a tarefa de votar nos juízes de paz, vereadores e nos eleitores, estes que constituiriam o segundo grau de voto no sistema eleitoral. Ao votante também ficava o direito de concorrer ao cargo de juiz de paz e vereador, este último exigindo o critério de dois anos de residência na paróquia<sup>69</sup>.

O número de eleitores em cada paróquia era determinado por lei. Em caso de falta ou falha da lei, deveria ser feita uma relação de um eleitor para cada quarenta votantes na paróquia<sup>70</sup>. Para que se caracterizasse como eleitor, era necessário atender a todas as exigências feitas ao votante, com a diferença de que a renda deveria ser de 400\$000 líquidos anuais, além de precisar ser brasileiro nato e exercer a religião do Estado. Ao eleitor dava-se o direito de votar nos deputados e senadores, assim como a concorrer nesses respectivos cargos, acrescentando-se exigências adicionais para concorrer a senador. A exigência para concorrer ao senado era que o eleitor possuísse uma renda anual líquida de 800\$000 e tivesse mais de quarenta anos de idade.

Há várias pequenas instruções eleitorais que foram acrescentadas ao longo dos anos, principalmente esclarecimentos sobre normas já vigentes que possuíam caráter de interpretação mais ampla, como o caso do cálculo da renda mínima<sup>71</sup>. No período analisado, ocorrem três mudanças significativas nas leis eleitorais, a primeira em 1860, depois em 1861 e a última em 1875. No decreto 1082 de agosto de 1860, a alteração mais importante diz respeito ao número de eleitores e deputados. Ficava decidido que toda a província do império seria dividida em distritos eleitorais com três deputados em cada distrito, sendo que cada província não deveria ter menos de dois deputados representando-a na Assembleia Geral. Cada colégio eleitoral, equivalente ao número de cidades e vilas imperiais, não deveria ter menos de vinte eleitores, devendo-se manter uma proporção de um eleitor para cada trinta votantes. Em seguida, segundo o decreto 2865 do ano de 1861, ficava determinado que as Juntas de Qualificação deveriam preencher listas indicando quem foram os votantes incluídos e excluídos no processo eleitoral, assim como os motivos para sua eventual inclusão ou exclusão<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> CARDOSO, Jayme Antônio. A população votante de Curitiba... Op. Cit.. p. 18

<sup>70</sup> Idem. p. 17

<sup>71</sup> Idem. p. 20

<sup>72</sup> Idem. p. 21 e 22

A reforma eleitoral de 1875, por meio do decreto 2675 de 20 de outubro daquele ano, somado ao decreto 6097 de janeiro do ano seguinte, trariam mudanças significativas no sistema eleitoral. As Juntas de Qualificação passariam a ser formadas e a organizar as listas de votantes a cada dois anos. Os critérios de avaliação dos votantes eram os mesmos da lei eleitoral de 1846, entretanto as listas possuíam maior detalhamento quanto aos dados destes mesmos votantes. Os nomes seriam registrados em ordem alfabética e numerados, de maneira que o último nome da lista deveria indicar o número total de votantes. Foram acrescentadas informações como a idade, profissão, alfabetização, estado civil, filiação, domicílio e a renda. Além disso, a Junta de Qualificação Paroquial deveria especificar por quais meios chegou à conclusão a respeito do valor da renda. Complementando o adendo eleitoral de 1861, deveriam estar fixadas as listas complementares declarando quem havia perdido ou ganhado direito de serem votantes, assim como os falecidos, os que mudaram de residência e quem havia ascendido de votante para o grau de eleitor<sup>73</sup>. Terminado o prazo para a constituição das listas, assim como o prazo para reclamações e denúncias, as listas seriam encaminhadas à uma Junta de Qualificação Municipal, que ficaria encarregada de revisar as listas feitas pela junta anterior, assim organizando uma lista de votantes do município. Outro elemento importante da reforma de 1875, foi a introdução do título de eleitor, fundamental para a legitimidade do processo eleitoral, ajudando a evitar diversas fraudes, disputas e como Carvalho chama, “vários cacetes”, fazendo alusão as Eleições do Cacete de 1842<sup>74</sup>.

Outra mudança importante dizia respeito ao número de eleitores. Agora a proporção de eleitores era de um para cada quatrocentos votantes, fixados pelo Ministro do Império em cada província, o que representa uma diminuição de mais de dez vezes o número de eleitores do que era obtido usando-se a regra anterior, do decreto 1082 do ano de 1860. Com a reforma eleitoral de 1875, as novas informações exigidas nas listas de votantes possibilitam que se desenvolvam estudos mais aprofundados sobre o perfil social daquela população votante. Entretanto, antes que se tirem conclusões analisando as informações contidas nas listas, é necessário levar em conta que muito dados ali contidos tiveram uma avaliação subjetiva da Junta de Qualificação para serem preenchidos. Um exemplo disto se relaciona à questão da alfabetização de votantes,

---

<sup>73</sup> CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba...* Op. Cit. p. 24

<sup>74</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A involução da participação eleitoral no Brasil...* Op. Cit. p. 50

informação que passou a ser incorporada a partir do ano de 1876. As Juntas de Qualificação não possuíam muito rigor para analisar a alfabetização, já que bastava o votante ser capaz de assinar o próprio nome, algo que poderia ser fruto da pura cópia e repetição, e já seria considerado alfabetizado<sup>75</sup>. É importante levar em consideração também que em determinados anos as Juntas de Qualificação foram desfeitas e nesses casos, foram utilizadas as listas dos anos anteriores. Portanto, é importante ter sempre em mente a necessidade de comparação com outras fontes, como jornais da época, leis do império, atas de governo e da câmara dos deputados, a fim de identificar se a lista condiz realmente com o ano em questão<sup>76</sup>.

### ***Rendimentos e profissões dos votantes em Paranaguá, Palmeira e Guarapuava***

Como as listas tinham entre seus critérios de preenchimento o nome, renda, profissão e residência, é possível traçar um perfil econômico de cada localidade e de cada profissão, identificando quais ofícios predominavam nas comunidades, assim como a sua hierarquia social. Como a sociedade brasileira do século XIX era predominantemente rural, a maioria dos profissionais identificados nas listas de qualificação eram lavradores, em sua imensa maioria os mais pobres dentro os votantes. Todavia, os valores de renda anual registrados nas listas aparentam ser arredondados, já que sempre aparecem números exatos, terminados em zero (200\$000, 400\$000, 800\$000, etc.), o que pode demonstrar omissão do valor real das rendas.

Outra possibilidade oferecida pelas listas de qualificação, é a de cruzar suas informações com outros tipos de documentos que continham outros tipos de informações quanto aos indivíduos e as comunidades, como as listas nominativas de habitantes que contêm registros quanto à cor e os próprios relatórios de presidentes de província, com informações detalhadas sobre o panorama econômico da localidade.

Utilizando as informações relacionadas a renda anual, profissão e residência contidas nas listas de qualificação de votantes de Paranaguá no ano de 1878, foi possível identificar particularidades das subáreas da região, observando a diversidade interna da vila. Nas listas de qualificação, os votantes eram organizados primeiramente

---

<sup>75</sup> CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba...* Op. Cit. p. 168 e 169

<sup>76</sup> Idem. p. 97

por quarteirões, que eram divisões espaciais que poderiam englobar mais de um bairro da vila, até com o mesmo bairro estando presente em quarteirões diferentes.

A *Tabela 6* agrupa os votantes de Paranaguá em grupos profissionais, com profissões relacionadas ao *campo* (somente lavradores), *comércio*, *estado* e *mar*. Profissões que não se encaixam em nenhuma dessas categorias, assim como profissões ilegíveis nas listas (12 ocorrências), estão enquadradas em *outros*. Os grupos profissionais a seguir, foram separados de acordo com os quarteirões de Paranaguá.

Tabela 6 – Distribuição de indivíduos classificados em grupo profissional, divididos por quarteirões de Paranaguá em 1878.

Quarteirão	Campo	Comércio	Estado*	Mar	Outros
1° Quarteirão		22	26	5	17
2° Quarteirão		10	2	11	8
3° Quarteirão		18	13	3	10
4° Quarteirão		16	15	4	19
5° Quarteirão	1	18	8	3	11
6° Quarteirão		22	7	12	17
7° Quarteirão		17	9	3	12
8° Quarteirão	27	2	1	4	2
9° Quarteirão	15			1	5
10° Quarteirão	14				
11° Quarteirão	18				
12° Quarteirão	21				
13° Quarteirão	54				
14° Quarteirão	7				
15° Quarteirão	15				
16° Quarteirão	65				1
17° Quarteirão	21				1
18° Quarteirão	43				4
19° Quarteirão	43				
20° Quarteirão	70				
21° Quarteirão	22			2	
22° Quarteirão	14	2	1	19	
23° Quarteirão	30				
24° Quarteirão	37				
25° Quarteirão	22				2
26° Quarteirão	60				1
27° Quarteirão	37	1			
28° Quarteirão	26				
29° Quarteirão	38	2			1
30° Quarteirão	20				
31° Quarteirão	29			2	
32° Quarteirão	44	1	3	11	1
<b>Total</b>	793	131	85	13	112

FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878.

\* Entre as profissões relacionadas a categoria de Estado, estão agrupadas atividades de caráter jurídico como meirinho, tabelião, carcereiro e magistrado; além de alguns médicos, um vigário e dois militares. Todavia, a profissão mais comum era aquela indicada como empregado público.

Observando os dados contidos na Tabela 6, percebe-se que do primeiro ao sétimo quarteirão, há apenas uma ocorrência de trabalhador do campo, enquanto há vários sujeitos de outros grupos profissionais. Do sétimo ao trigésimo segundo, o número de trabalhadores do campo sobe muito, enquanto outros grupos profissionais ficam escassos. Assim, concluo que os quarteirões de um a sete fazem parte da área urbana de Paranaguá, enquanto os outros constituem a zona rural. Aí já fica evidente a alta quantidade de profissionais relacionados ao campo na região, sendo facilmente o maior grupo profissional de Paranaguá, mais de duas vezes maior que todos os outros grupos profissionais somados. No 22° quarteirão, porém, há um equilíbrio entre

profissões relacionadas ao campo e o mar. Isso ocorre por tratar-se de uma das ilhas de Paranaguá, a Ilha da Cotinga.

A Tabela 7 também está dividida entre os quarteirões, evidenciando desta vez a renda média dos votantes, que é obtida pela soma de todos os rendimentos que em seguida são divididos pelo número de indivíduos. A renda mediana, definida na segunda coluna, constitui o valor intermediário entre a metade mais rica e a mais pobre, tratando-se do valor usual que um grupo possuía de riquezas. Quando os valores médios e medianos são contrastados, podemos ter uma ideia de como esses grupos de votantes eram hierarquizados. Por fim há o somatório de indivíduos indicado na última coluna.

*Tabela 7 - Renda média e mediana em réis, dividida por quarteirões de Paranaguá em 1878.*

<b>Localidade</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Renda Mediana</b>	<b>Votantes</b>
1° Quarteirão	1.711.714,29	1.500.000	70
2° Quarteirão	1.920.000,00	1.000.000	31
3° Quarteirão	1.740.454,54	1.750.000	44
4° Quarteirão	1.437.407,41	1.000.000	54
5° Quarteirão	1.813.658,54	1.000.000	41
6° Quarteirão	925.517,24	360.000	58
7° Quarteirão	797.073,17	500.000	41
8° Quarteirão	475.000,00	300.000	36
9° Quarteirão	371.428,57	300.000	21
10° Quarteirão	371.428,57	300.000	15
11° Quarteirão	533.333,33	300.000	18
12° Quarteirão	323.809,52	300.000	21
13° Quarteirão	464.259,26	300.000	54
14° Quarteirão	528.571,42	400.000	7
15° Quarteirão	560.000,00	500.000	15
16° Quarteirão	374.242,42	300.000	66
17° Quarteirão	363.363,36	300.000	22
18° Quarteirão	380.851,06	300.000	47
19° Quarteirão	395.348,84	300.000	43
20° Quarteirão	378.571,43	300.000	70
21° Quarteirão	333.333,33	300.000	24
22° Quarteirão	333.333,33	300.000	36
23° Quarteirão	366.666,67	300.000	30
24° Quarteirão	380.000,00	300.000	37
25° Quarteirão	383.333,33	350.000	24
26° Quarteirão	311.474,40	300.000	61
27° Quarteirão	423.684,21	300.000	38
28° Quarteirão	334.615,38	300.000	26
29° Quarteirão	382.926,86	300.000	43
30° Quarteirão	361.904,76	300.000	21
31° Quarteirão	467.741,93	300.000	31
32° Quarteirão	366.666,67	300.000	61

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878.*

Quando o valor médio é maior do que a mediano, indica que os indivíduos mais pobres são mais numerosos, sendo que é o extremo mais rico que aumenta o valor

médio. Quando o oposto acontece, indica que os indivíduos mais pobres são menos numerosos, sendo o extremo de pobreza que abaixa o valor da média. Analisando os bairros, fica evidente que os votantes localizados entre o primeiro e o sétimo bairros eram muito mais ricos do que os demais votantes de outros bairros. Com exceção do terceiro bairro, as rendas médias e medianas dos votantes dos bairros urbanos possuem uma discrepância maior do que verificado no âmbito rural, o que significava que a hierarquização dentro do núcleo urbano era bem maior. Contudo, também aparecem alguns bairros rurais com uma hierarquização acentuada, mesmo que menor do que o que acontecia na área urbana, como é o caso do 8º, 13º, 14º, 27ª e 31º bairros. Comparando estas duas primeiras tabelas, identifiquei primeiro quais são as zonas urbana e rural de Paranaguá, assim como o rendimento médio e mediano de cada região. Assim chego a uma terceira tabela, que identifica a renda média e mediana das zonas rural e urbana da Vila de Paranaguá, dando mais elementos para entendermos as hierarquias que lá existiam.

*Tabela 8 - Renda média e mediana em réis, dividida em áreas de Paranaguá.*

<b>Região</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Renda Mediana</b>	<b>Votantes</b>
Urbana	1.457.994,10	800.000	339
Rural	388.910,78	300.000	863

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878.*

Os números demonstram que além da renda urbana ser maior do que da zona rural, ela também é mais estratificada, pois a diferença entre os rendimentos médios e medianos é bastante acentuada, reforçando os exemplos presentes na tabela anterior. A princípio, a área rural de Paranaguá constituía uma região mais igualitária do que a área urbana, contudo, não devemos esquecer da influência e hierarquizações mútuas que existiam, afinal ainda era a mesma vila. Outra consideração importante é classificar a renda média e mediana de cada grupo profissional presente em Paranaguá, como está demonstrado na *Tabela 9*.

*Tabela 9 – Renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Paranaguá.*

<b>Grupo profissional</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Renda Mediana</b>	<b>Trabalhadores</b>
Estado	1.489.647,06	1.200.000	85
Mar	544.938,27	360.000	81
Campo	390.050,57	300.000	791
Comércio	1.967.404,58	1.000.000	131
Outros	814.649,12	400.000	114

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878.*



Tanto na *tabela 8* quanto na *tabela 9*, é notável que havia uma grande diferença de renda entre os trabalhadores do campo e os outros grupos. Talvez a exceção acabe ficando por conta dos trabalhadores do mar, que apresentam uma situação econômica mais próxima, porém, mesmo assim, ainda mais hierarquizada que os votantes que trabalhavam no campo. Os comerciantes, apresentavam uma maior estratificação do que os outros grupos, devido sua grande diferença entre os rendimentos médios e medianos. Isso indica que era a presença de comerciantes que hierarquizava de forma mais significativa a população de Paranaguá, existindo entre eles desde comerciantes muito ricos até comerciantes bastante depauperados. Todavia, o número de votantes envolvidos com atividades do campo, ou seja, lavradores, vai contra a ideia proposta por Cecília Westphalen em seu livro *Porto de Paranaguá: um sedutor*. Enquanto Westphalen aponta que a maioria das pessoas na época estava envolvida na atividade comercial ervateira, o levantamento das listas de qualificação mostra que boa parte da força de trabalho de Paranaguá à época estava exercendo atividades no campo. Mais de dois terços dos votantes qualificados nas listas aparecia como lavrador. As atividades ervateiras, devido ao seu caráter extrativista, geralmente estavam associadas a outras atividades econômicas<sup>77</sup>. Isso vai de encontro com uma historiografia mais recente, mais compatível com o mundo migrante de homens livres pobres de Hebe Mattos, apontando que o Paraná possuía um número considerável de migrantes, o que geraria maior produção de subsistência assim que tais homens livres se fixassem na terra. As fontes utilizadas por Cecília Westphalen são em sua boa parte relatórios de presidentes de província, o que era uma documentação carregada com bastantes discursos políticos, na época em específico, discursos pró imigração<sup>78</sup>. Em contrapartida a historiografia tradicional sobre o tema no Paraná, que propõe a ideia de que a população camponesa só passa a ter importância com o advento da imigração, constatei a presença de um campesinato substancial em Paranaguá.

A desigualdade de rendimentos na zona rural era pouca, principalmente quando calculamos o coeficiente de Gini dessa área, que atingia 0,188. Entretanto, isso não significa que essa sociedade rural possuísse pouca desigualdade, já que havia a presença de diversos comerciantes responsáveis pela criação de crédito, compra antecipada de

---

<sup>77</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor... Op.Cit. p. 51

<sup>78</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX)*. Em: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 310

safras, adiantamento de mercadorias, entre outras coisas. Além disso, é importante sempre ter em mente que as listas de qualificação eram formuladas levando em consideração a renda, ou seja, a presença de lavradores mais pobres do que os qualificados é algo que precisa sempre ser levado em consideração.

Entre a população rural votante, é interessante observar que apesar do limite mínimo para ser votante ser de 200 mil réis, apenas seis indivíduos estavam listados com essa quantia entre todos os votantes de Paranaguá. Todos os outros possuíam rendas de 300 mil réis para cima, sendo que a maioria se mantinha nesse valor. Isso está explicitado na *Tabela 10*.

*Tabela 10 – Distribuição de eleitores por renda na zona rural de Paranaguá.*

<b>Rendimento em mil-réis</b>	<b>Nº de votantes*</b>	<b>Distribuição (%)</b>
200	1	0,1
300	626	72,5
360	1	0,1
370	1	0,1
400	91	10,5
500	60	6,9
600	21	2,4
800	30	3,5
900 ou mais	33	3,8
<b>Total</b>	<b>863</b>	<b>99,9</b>

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878.*

*\*Foram desconsiderados quatro votantes com renda ilegível.*

Mesmo com os rendimentos acima do mínimo exigido para ser votante, esses agricultores ainda constituíam um grupo de pessoas pobres, porém, em uma posição suficientemente consolidada para que fossem economicamente mais bem sucedidos do que os outros agricultores paranaenses. Em contrapartida, na zona urbana, os votantes se mostraram muito mais hierarquizados, sendo o coeficiente de Gini 0,482. O coeficiente geral da vila é de 0,459. Em contraponto aos lavradores, as pessoas residentes na área urbana de Paranaguá eram bastante hierarquizadas, principalmente os comerciantes, que de acordo com sua discrepante renda média e renda mediana, é notável a presença de comerciantes muito ricos e outros bastante pobres.

O mesmo estudo foi feito na lista de qualificação de votantes de Palmeira do ano de 1880. Distribuindo os votantes por grupos profissionais através dos quarteirões de Palmeira, tal como feito em Paranaguá, demonstra que não existia uma área da vila que pudesse ser denominada como área urbana, tornando Palmeira essencialmente rural.

Também fiz o cálculo da renda média e mediana de acordo com os grupos profissionais na *Tabela 11*, sendo que os grupos de Palmeira se distinguem do caso de Paranaguá. Entretanto, no que diz respeito ao trabalho do campo, é possível fazer uma comparação mais completa.

*Tabela 11 – renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Palmeira, 1880.*

<b>Grupo profissional</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Renda Mediana</b>	<b>Qualificados</b>
Lavrador	205.774	200.000	381
Estado	537.500	400.000	8
Fazendeiro	1.620.000	1.500.000	10
Comércio	462.068	400.000	58
Outros	292.857	200.000	14

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Palmeira, 1880.*

Com a análise da renda é possível notar duas características particulares desta ruralidade de Palmeira. A primeira é que os lavradores votantes de Palmeira possuíam uma renda menor do que os de Paranaguá, mostrando uma capacidade menor de diferenciação econômica do que os lavradores da vila portuária. Acredito que um dos fatores que contribuía para isso era a presença dos indivíduos classificados como fazendeiros, que possuíam uma diferença de renda drástica em comparação com os lavradores e outros grupos profissionais. A presença desse grupo criava uma situação de hierarquização econômica bastante acentuada, todavia não era o único fator envolvido no processo. A presença de um núcleo urbano em Paranaguá associado ao porto, era um indicativo que os lavradores da região possuíam um campo de negócios mais atraente ao abastecimento de alimentos, o que não acontecia em Palmeira com tamanha intensidade. Desde a colônia o Rio de Janeiro importava produtos do Sul, incluindo o porto de Paranaguá. Desta forma, devido aos conflitos ocorridos no Sul no início do século XIX, os produtos de exportação tiveram baixa no preço, enquanto o abastecimento básico que era fornecido por tal região, teve alta dos preços no Rio de Janeiro<sup>79</sup>. Os preços da farinha de mandioca, feijão e açúcar tiveram outra alta na década de 1850, seguidos de uma baixa no início da década seguinte e voltam a aumentar a partir de 1865, durante a Guerra do Paraguai<sup>80</sup>. A questão da alta nos preços da produção de alimentos pode ser um fator que explica o processo de diferenciação que os camponeses de Paranaguá adquiriram em relação aos lavradores votantes de outras regiões. Outro fator que diferencia bastante os dois casos, é a já citada presença de comerciantes em grande

<sup>79</sup> LOBO, Eulália M. L. *et al.*. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, n. 25, out/dez 1971. P. 246

<sup>80</sup> Idem. p. 247

quantidade no universo rural da vila de Paranaguá, principalmente os de grande trato. Essa diferença fica mais evidente quando discriminado o rendimento dos votantes de Palmeira, como segue na *Tabela 12*.

*Tabela 12 – Distribuição de votantes por renda em Palmeira, 1880.*

<b>Rendimento em mil-réis</b>	<b>Nº de votantes</b>	<b>Distribuição (%)</b>
200	392	83,2
300	13	2,8
400	37	7,9
500	11	2,3
800	4	0,8
1.000	8	1,7
2.000	3	0,6
3.000	2	0,4
4.000	1	0,2
<b>Total</b>	<b>471</b>	<b>99,9</b>

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Palmeira, 1880.*

Comparando a quantidade de renda dividida por faixas etárias de Paranaguá e Palmeira, fica evidente que a população da primeira possuía maior capacidade de acúmulo de renda por tratar-se de uma região de abastecimento, um porto. Enquanto que em Paranaguá apenas meia dúzia de indivíduos possuía o mínimo de renda para exercer o voto, sendo que a maioria possuía pelo menos 300 mil réis, em Palmeira possuir o mínimo era regra. Mais de 80% dos votantes estava qualificada apenas com o mínimo, mostrando como Palmeira era uma vila bastante depauperada.

Guarapuava também apresentava um cenário distinto em 1880, de acordo com as listas de qualificação. Os grupos profissionais de Guarapuava foram divididos da mesma maneira que em Palmeira, mas apresentam um cenário novo. Observemos a renda média e mediana desses grupos na *Tabela 13*:

*Tabela 13 – renda média e mediana em réis, dividida por grupos profissionais em Guarapuava, 1880.*

<b>Grupo profissional</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Renda Mediana</b>	<b>Qualificados</b>
Lavrador	275.573	250.000	253
Estado	3.000.000	1.100.000	10
Fazendeiro	1.833.333	2.000.000	9
Comércio	462.657	400.000	207
Outros	372.222	325.000	36

*FONTE: Lista de qualificação de votantes de Guarapuava, 1880.*

Uma observação importante quanto a Guarapuava, é que estavam registrados 610 votantes, contudo, 95 deles não possuíam informações relativas a renda, portanto foram desconsiderados nas amostras que envolvem este quesito. Diferentemente de

Paranaguá e Palmeira, Guarapuava apresentava um equilíbrio entre a quantidade de lavradores e comerciantes, mesmo que o primeiro grupo fosse um pouco maior. Os lavradores da região eram os votantes mais pobres dentre todos os grupos profissionais, uma constante até aqui. Os comerciantes, compondo o segundo grupo mais numeroso, mostravam um condição econômica bem acima dos lavradores. Essa configuração relaciona-se com o comércio de tropas de Guarapuava, uma atividade que movimentava muito o comércio, explicando não só a alta taxa de comerciantes na região, mas também proporcionando uma condição fértil para essa diferenciação econômica. Mesmo assim, os votantes mais ricos ainda eram os fazendeiros e aqueles ligados ao Estado, no caso de Guarapuava, geralmente oficiais relacionados aos aldeamentos. É notável, inclusive, que entre os fazendeiros existia alguns razoavelmente empobrecidos, quando observados as discrepâncias entre as rendas média e mediana. Na categoria de Estado, existia um cenário oposto, com uma grande concentração de renda, tornando enorme a diferença entre renda média e mediana.

As diferenças entre Guarapuava e as outras duas localidades também é nítida quando distribuimos os votantes da região por quantidade de renda, como visível na Tabela 14:

*Tabela 14 - Distribuição de votantes por quantidade por renda em Guarapuava, 1880.*

<b>Rendimento em mil réis</b>	<b>Nº de votantes</b>	<b>Distribuição (%)</b>
200	44	8,5
250	124	24,1
280	4	0,8
300	130	25,2
320	1	0,2
350	29	5,3
360	3	0,6
370	1	0,2
380	15	2,9
400	71	13,8
450	1	0,2
500	35	6,8
600	17	3,3
800	8	1,5
1.000 ou mais	32	6,6
<b>Total</b>	<b>515</b>	<b>100</b>

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Guarapuava, 1880.*

Existiam votantes com as mais variadas rendas em Guarapuava, desde números consideráveis de votantes apenas com o mínimo exigido para qualificar o voto, até outros que conseguiram uma diferenciação maior, atingindo entre 300 e 500 mil réis. Também haviam alguns votantes muito ricos, como é o caso do mais rico da região,

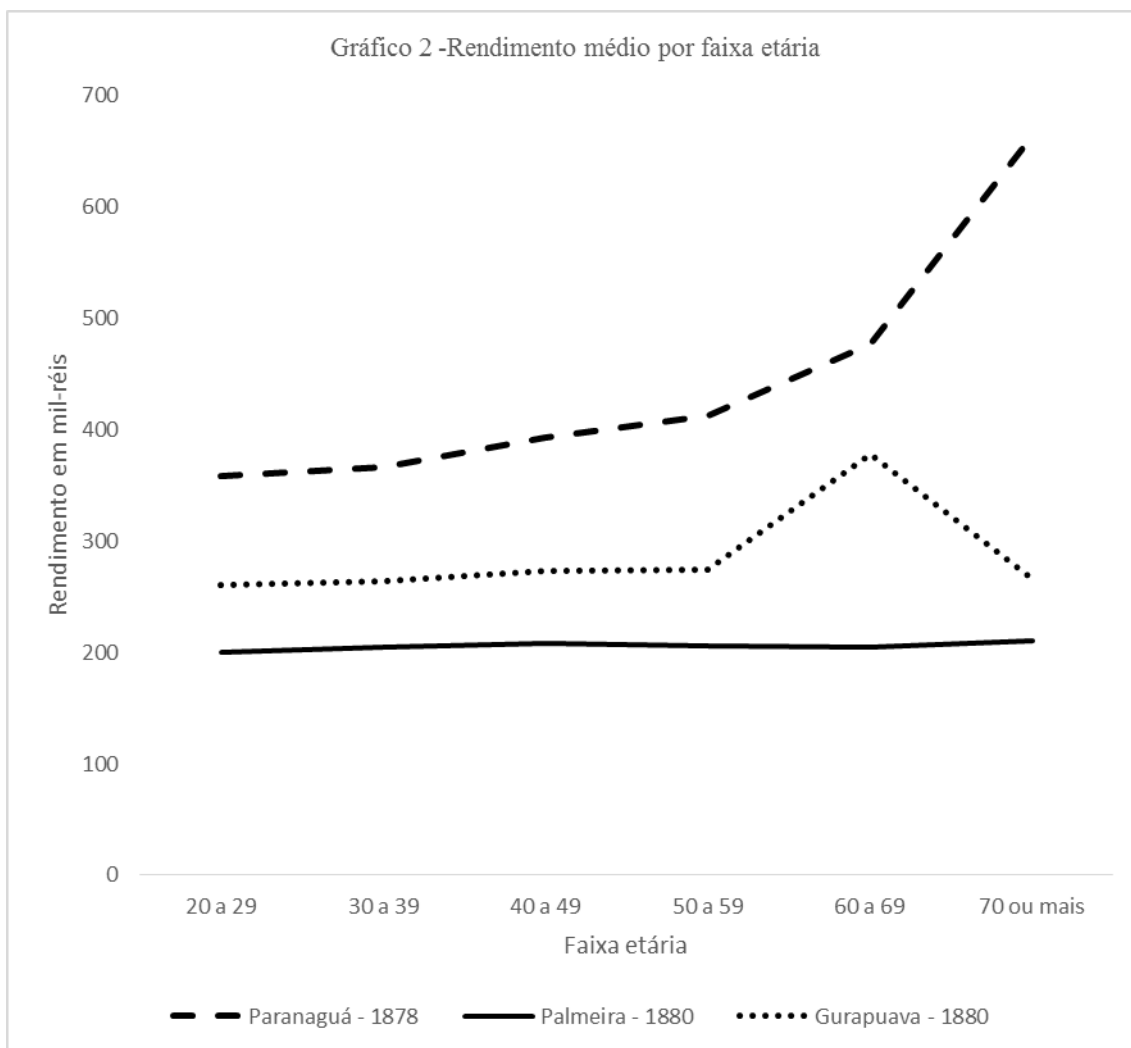
Bento de Guarapuava, com a impressionante renda de 18 contos de réis (18.000\$000), sendo que o segundo mais rico possuía “apenas” 3,6 contos de réis (3.600\$000). De qualquer maneira, os votantes com menos de 300 mil réis de renda (quase o mínimo de renda em Paranaguá), representavam por volta de 60% do total.

Paranaguá, Palmeira e Guarapuava eram regiões com atividades bastante distintas e configurações profissionais diversificadas, entretanto, o elemento comum entre as três localidades era que os lavradores sempre mostravam ser o maior contingente de trabalhadores entre os votantes, bem como se caracterizavam como o grupo profissional mais empobrecido e com menor hierarquização. Sendo os lavradores o denominador comum dessa sociedade, é possível que os processos de mobilidade, inserção social e fixação a terra ocorressem com maior facilidade entre eles. Assim, é necessário observar os lavradores mais a fundo. A quantidade de renda dos lavradores em Paranaguá, Palmeira e Guarapuava, dividida por faixa etária está discriminada na tabela 15, assim como sua evolução no Gráfico 2

*Tabela 15 - Lavradores – rendimentos declarados em mil réis por faixa etária*

<b>Paranaguá – 1878</b>						
<b>Faixa etária</b>	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +
<b>Renda</b>	358,9	366	393,3	412,2	477	663,6
<b>Palmeira – 1880</b>						
<b>Faixa etária</b>	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +
<b>Renda</b>	200	204,5	207,9	206,3	205	210
<b>Guarapuava – 1880</b>						
<b>Faixa etária</b>	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 ou +
<b>Renda</b>	260,5	265,4	273,5	274,8	378,1	266,2

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878; Palmeira, 1880 e Guarapuava, 1880.*



*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878; Palmeira, 1880 e Guarapuava, 1880.*

Semelhante ao que foi abordado no Capítulo III, quando foi demonstrado que entre os domicílios chefiados por negros e pardos havia um processo de expansão do número de residentes até determinada faixa etária, seguido de leve queda e outra subida; no que diz respeito a renda dos lavradores votantes, também é possível observar um fenômeno semelhante, principalmente no caso de Palmeira. Os rendimentos dos lavradores dessa região eram bastante equilibrados entre as faixas etárias, crescendo da faixa dos 20 anos até a faixa dos 40 anos de idade. A partir dos 50 anos, a renda dos votantes em Palmeira sofria uma pequena queda, voltando a crescer somente a partir dos 70 anos de idade. Em Guarapuava, os lavradores também possuíam um aumento sutil de renda ao longo dos anos, quando atingiam um grande pico na faixa etária dos 60 anos de idade, quando então a renda voltava a cair. O caso de Paranaguá mais uma vez é excepcional, sendo que seus lavradores só apresentavam aumento de renda ao longo do

tempo. Além disso, os rendimentos dos lavradores votantes em Paranaguá eram superiores aos rendimentos dos lavradores de Palmeira e Guarapuava em todas as faixas etárias, demonstrando mais uma vez a capacidade desta região portuária de fomentar a diferenciação de seu campesinato em relação ao resto da Província.

Também foi possível calcular o coeficiente de Gini de Palmeira e Guarapuava. Como as duas vilas eram exclusivamente rurais, é importante ter um comparativo não apenas com Paranaguá de uma maneira geral, mas também com o caso específico da zona rural desta localidade. Os coeficientes de Gini estão expostos na tabela 16.

*Tabela 16 – Coeficiente de Gini e votantes por localidade.*

<b>Localidade</b>	<b>Coeficiente de Gini</b>	<b>Votantes</b>
Paranaguá	0,459	1203
Zona rural de Paranaguá	0,188	863
Guarapuava	0,327	515
Palmeira	0,238	471

*FONTE: lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878; Guarapuava, 1880 e Palmeira, 1880.*

Desconsiderando Paranaguá como um todo, Guarapuava é a vila que apresenta o maior Gini dentro dessa comparação, o que acontece devido a diferença de rendimento entre os lavradores na base da pirâmide e os fazendeiros e funcionários do Estado no topo. Também existia a figura dos comerciantes com rendas intermediárias, estabelecendo assim três grupos relativamente coesos com rendimentos em níveis diferentes. Palmeira era uma região depauperada, com lavradores muito pobres, alguns comerciantes intermediários e a figura dos fazendeiros ricos. Era uma região desigual, mas a por conta da enorme composição de lavradores, seu Gini aparece mais baixo, já que a maioria da população estava economicamente próxima. No caso de Paranaguá, sua excepcionalidade fica ainda mais evidente. A população rural de Paranaguá era a mais equilibrada, com mais de 70% de seus votantes ficando na faixa dos 300 mil réis (*Tabela 10*), o que também acentua a sua particularidade de possuir os lavradores em melhor condição econômica do que os lavradores de outras localidades.

O levantamento dessas informações sobre Guarapuava, Palmeira e Paranaguá, teve o objetivo de identificar o contexto social dos votantes qualificados, do qual vê-se a predominância de um campesinato pobre em Palmeira e Guarapuava, com camponeses, ainda pobres, mas melhor estabelecidos em Paranaguá.



## V. TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE ENTRE NEGROS E PARDOS LIVRES

### *Questões de cidadania*

A Constituição de 1824 trazia que todos os cidadãos brasileiros, isto é, fora os escravos, possuíam os mesmos direitos. Não se aplicariam critérios raciais, todavia continuariam existindo limitadores no exercício da cidadania baseados na propriedade, como é o caso das eleições<sup>81</sup>. Apesar de iguais perante a lei, brancos e não-brancos livres possuíam experiências diferentes no que diz respeito ao exercício de sua liberdade. Pessoas não-brancas estavam sujeitas a terem que comprovar sua liberdade, através de documentação ou respaldo comunitário, a qualquer momento, podendo ser acusados erroneamente como escravos fugidos e acabarem sujeitos a processos de escravização<sup>82</sup>. Ao considerarmos a intensa rede de hierarquias raciais que estavam presentes na sociedade brasileira do século XIX, entende-se que é necessária uma confirmação empírica sobre a participação de votantes negros e pardos livres no processo eleitoral, bem como a potencialidade desses adquirirem a propriedade necessária para exercer a sua cidadania.

Enquanto que por um lado diversas leis de contenção a escravidão foram sendo criadas, como a abolição do tráfico em 1850 e as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários nas décadas seguintes; diversas outras legislações limitavam a inserção dos libertos na rede política do Império, como é caso da própria legislação eleitoral aqui estudada. A legislação eleitoral da segunda metade do século XIX, antes da reforma de 1881, é ambígua em relação ao voto de libertos, que, considerando a estrutura social do período, torna-se uma possibilidade bastante remota, para além da exigência de renda. O voto dos libertos era permitido dentro da legislação eleitoral de 1846, contudo, só poderia acontecer dentro do primeiro grau, o de votante. Aos libertos estava vedado o voto como eleitor<sup>83</sup>. O debate sobre o liberto ser ou não cidadão, pode ser um dos

---

<sup>81</sup> MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 358

<sup>82</sup> Idem. p. 359

<sup>83</sup> COSTA, Hilton. *O navio, os oficiais e os marinheiros: As teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881*. Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 2014. p. 44

fatores que explique tanta ênfase em provar que o votante possuía autonomia, demonstrando que de fato era um cidadão livre, capaz de prover seu próprio sustento e não estar ligado a dependência de um senhor. Portanto, a participação de negros e pardos livres no exercício da cidadania é uma questão bastante tumultuada. Quando se inseria a figura do liberto, o debate ficava ainda mais tensionado. Entretanto, o exercício do voto, apesar das limitações de renda, não era tão limitado como se pode imaginar.

Os cargos políticos do Império possuíam datas distintas para a realização de sua eleição correspondente. Vereadores e juízes de paz eram eleitos a cada quatro anos, juntamente com deputados da Assembleia Geral. Deputados provinciais era eleitos em biênios. Não existia a figura do suplente, portanto, caso um político desocupasse o seu mandato por qualquer motivo, eram realizadas novas eleições para o preenchimento daquela vaga. As eleições, em virtude desses fatores, acabavam acontecendo constantemente, envolvendo a população frequentemente com o cenário político<sup>84</sup>. Apesar das eleições imperiais serem bastante constantes, sua análise em um cenário nacional é um pouco complexa, tanto pelos processos eleitorais serem bastante tumultuados, quanto pela falta de uma eleição de liderança nacional que aglutinasse as informações. Porém, de acordo com José Murilo de Carvalho, ainda é possível ter uma amostra bastante confiável da participação eleitoral, mesmo que utilizando documentações diferentes. Dois períodos estudados por Carvalho que são pertinentes neste trabalho, são os dados dos anos de 1835 e 1872. Na primeira ocasião, cerca de 300 mil homens exerceram o voto, o que equivalia por volta de 10% da população total, enquanto que em 1872, quase 1,1 milhão de pessoas foram qualificadas como votantes, o equivalente a 13% da população livre<sup>85</sup>. Em Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, em 1876, 11,4% do total da população livre estava qualificada para exercer o voto, com maior inclusão de votantes em áreas mais rurais<sup>86</sup>. Já em Curitiba, em 1872, a proporção de votantes entre o total da população livre atingia 12,5%<sup>87</sup>. Para saber se Paranaguá, Palmeira e Guarapuava possuíam uma proporção semelhante a média brasileira, iremos comparar os dados presentes nas listas de qualificação de

---

<sup>84</sup> NUNES, Neila Ferraz Moreira. *A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870 – 1889): Frequência eleitoral e perfil da população votante*. Em: DADOS. – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 2, 2003, p. 316

<sup>85</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A involução da participação eleitoral no Brasil...* Op.Cit. p. 46

<sup>86</sup> NUNES, Neila Ferraz Moreira. *A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes...* Op.Cit. p. 319

<sup>87</sup> CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba...* Op.Cit. p. 202

votantes analisadas no quarto capítulo, com as informações presentes no Recenseamento Geral de 1872, de acordo com a Tabela 16.

*Tabela 17 – Proporção de votantes qualificados entre a população total de livres*

<b>Localidade</b>	<b>População total livre (1872)</b>	<b>Votantes</b>	<b>Proporção de votantes</b>
Paranaguá (1878)	7519	1203	16,0%
Palmeira (1880)	4502	471	10,5%
Guarapuava (1880)	4585	610	13,3%

FONTE: Recenseamento Geral de 1872. Lista de qualificação de votantes de Paranaguá, 1878; Palmeira, 1880 e Guarapuava, 1880.

Guarapuava era a região em que a proporção de votantes em relação ao total da população livre mais se aproximava da média nacional. Palmeira aparecia um pouco abaixo, confirmando novamente a sua condição de região empobrecida. Paranaguá, por outro lado, demonstrava ter a maior proporção de votantes não só entre as três localidades estudadas, como também maior do que a média nacional. Mais uma vez isso reforça o lugar de Paranaguá como região de maior potencial econômico na época, proporcionando as condições para que seus lavradores se diferenciasssem dos seus pares nas outras duas localidades (ver o Capítulo IV). Não devemos esquecer que havia o limite de idade para exercer o voto, além de que era exclusivo aos homens. Isso mostra que a participação eleitoral, apesar dos limites impostos pelas legislações, tinha uma difusão bastante considerável.

### ***Cruzando as listas nominativas de habitantes e as listas de qualificação de votantes***

As listas de qualificação de votantes trazem diversas informações úteis à pesquisa histórica, porém não possuem nenhum dado referente a cor dos votantes. Para dar conta dessa problemática e tentar averiguar a participação de negros e pardos no processo eleitoral, foi necessário o cruzamento de informações referentes a filiação dos presentes nas listas de qualificação de votantes com os dados presentes em listas nominativas de habitantes, que apresentam informações referentes a cor. As listas nominativas apresentam informações como o nome dos chefes de fogos, profissão, cor e nome de filhos e agregados. Nas listas de qualificação, está reservado um espaço para a filiação daquele votante, ou seja, os nomes de seus pais. Deste modo, a metodologia aplicada à pesquisa foi comparar os nomes de cabeças de fogos, bem como a sua cor,

presentes nas listas nominativas estudadas no terceiro capítulo, com os nomes dos pais dos votantes nas listas de qualificação das décadas de 1870 e 1880, estudadas no quarto capítulo. Todavia é importante ter em mente que na época estudada, era comum a existência de pessoas homônimas, além da pouca variedade de nomes em alguns casos. Existiam muitas pessoas chamadas Antônio, Francisco, Joaquim, José e Manoel; bem como a presença de muitos nomes compostos que faziam combinações com esses exemplos. Desta maneira, o cruzamento de informações nesses dois tipos de documentos foi bastante delicada. Uma forma de conseguir uma maior confiabilidade nesse método, é comparar os nomes dos filhos do cabeça de fogo classificado na lista nominativa, com o nome do próprio votante na lista de qualificação. As idades dos votantes dificilmente combinam exatamente com o que está registrado nas listas nominativas. Isso se deve ao fenômeno comum das pessoas da época não saberem ao certo sua idade, bem como um possível erro de registro, portanto, considere um cálculo aproximado das idades, confiando mais nos nomes do que nos números.

Relembrando um apontamento de Hebe Mattos, na documentação do século XIX, com o declínio da escravidão, era comum que a cor dos indivíduos aparecesse menos conforme o século avançava. As pessoas classificadas como negras, geralmente possuíam alguma relação com o cativo, caracterizando escravos e libertos ou pessoas em condições mais depauperadas<sup>88</sup>. Além disso, a documentação do início do século XIX, quando faz referência ao trabalho que as pessoas exerciam, aponta os indivíduos como “vivendo de”. São trabalhadores vivendo de jornal, vivendo de lavouras diversas, vivendo de tropas e assim por diante. Com o avançar do século, passa-se a existir uma diferenciação profissional, em que consta nos registros não mais que as pessoas “vivem de”, mas sim a discriminação de suas atividades profissionais. São jornaleiros, lavradores, comerciantes e mais uma grande série de ocupações<sup>89</sup>.

Essa diferenciação de linguagem também era influenciada pela alternância de fenômenos sociais que aconteceram entre estes períodos. Com o decorrer do século XIX, a população negra e mestiça livre cresceu em decorrência do aumento de manumissões e decadência do tráfico de escravos, bem como o advento de leis de contenção da escravidão. Prova de tal crescimento é o censo de 1872, em cerca de 43% da população brasileira é composta por negros e pardos livres. O declínio da escravidão,

---

<sup>88</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* Op. Cit. p. 102

<sup>89</sup> Idem. p. 104

como mostra Hebe Mattos, aumentou a concentração de cativos sob controle de poucos senhores, já que o preço do escravo subia com frequência, desta forma aumentando a diferença econômica entre os livres. Além disso, a criação da Lei de Terras de 1850, balançou as relações de fixação à terra, fazendo com que expressões como “viver de” comecem a perder o sentido, tornando a especialização profissional também uma categoria de status social<sup>90</sup>.

No que diz respeito às fontes utilizadas neste trabalho, essa diferenciação presente na linguagem documental, apontada por Hebe Mattos, condiz com as listas nominativas e de qualificação de votantes. Nas primeiras, os trabalhadores estão classificados como “vivendo de”, geralmente com um apontamento bem específico: vivendo de milho e feijão, vivendo de muares, vivendo de gado vacum, etc. A exceção fica por conta da lista nominativa de Palmeira em 1835, como descrito anteriormente. Quanto às listas de qualificação de votantes, as ocupações profissionais já estão bastante diferenciadas, como pode ser analisado nas tabelas anteriores.

Mesmo com a fragilidade do processo, foi possível identificar algumas ocorrências de pais negros e pardos que possuíam filhos votantes. Para que os resultados fiquem mais lúcidos, tratarei cada uma das ocorrências de forma individual, dividindo a análise de acordo com as vilas analisadas, que são Palmeira, Guarapuava e Paranaguá.

### **Pardos em Palmeira**

*Manoel Antônio Dias* está classificado na lista nominativa de Palmeira de 1835 como pardo, com 38 anos, exercendo as profissões de ferreiro e negociante. Sua esposa era Balduína, parda de 32 anos. Seus filhos eram Manoel de 10 anos, José de 8 anos, Zefirina de 11 anos, Maria de 6 anos e Eufrásia de 5 anos; todos pardos. Na lista de qualificação de votantes de Palmeira, do ano de 1880, um homem chamado Manoel Antônio Dias aparecia como pai de dois votantes, são eles José Ferreira Dias de 62 anos, lavrador com renda de 200\$000; e Manoel Antônio Dias de 54 anos, lavrador com renda de 200\$000.

---

<sup>90</sup> MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio... Op. Cit. p. 103

### **Negros em Palmeira**

*Manoel da Silva (Nome ilegível)* está classificado na lista nominativa de Palmeira de 1835 como negro, com 70 anos, exercendo as profissões de mineiro e lavrador. Sua esposa era Ana, parda de 50 anos. Seus filhos são João de 19 anos e Manoel de 9 anos, ambos pardos. Na lista de qualificação de votantes de Palmeira, do ano de 1880, um Manoel da Silva, de último nome também ilegível, aparecia como pai do votante João José de Araújo, de 65 anos, lavrador que possuía 200\$000 de renda.

### **Pardos em Guarapuava**

*Estevão dos Santos Machado* está classificado na lista nominativa de Guarapuava de 1840 como pardo, com 33 anos, exercendo a profissão de lavrador. Sua esposa era Maria Francisca, parda de 27 anos. Seus filhos eram Manoel de 6 anos, Maria de 5 anos e Antônio de 3 anos, todos pardos. Na lista de qualificação de votantes de Guarapuava, do ano de 1880, um homem chamado Estevão dos Santos Machado aparecia como pai do votante Antônio Santos Machado, de 36 anos, lavrador com 250\$000 de renda.

*Salvador José da Cruz* está classificado na lista nominativa de Guarapuava de 1840 como pardo, com 30 anos, exercendo a profissão de lavrador. Sua esposa era Bernardina Maria, parda de 18 anos. Na lista de qualificação de votantes de Guarapuava, do ano de 1880, um homem chamado Salvador José da Cruz aparecia como pai do votante Manoel Salvador da Cruz, de 40 anos, lavrador com 250\$000 de renda.

*Antônio José de Sousa Barbosa* está classificado na lista nominativa de Guarapuava de 1835 como pardo, com 39 anos, exercendo a profissão de lavrador (milho e feijão). Sua esposa era Francisca Sousa, indígena de 21 anos. Seus filhos eram José de 6 anos, Antônio de 5 anos e Vicente de 4 anos. Na lista de qualificação de votantes de Guarapuava, do ano de 1880, um homem chamado Antônio José de Sousa Barbosa aparecia como pai dos votantes Vicente de Paula Machado, de 47 anos, negociante com 400\$000 de renda; Vitor Sousa Barbosa, de 45 anos, lavrador com 350\$000 de renda; José de Sousa Barbosa, de 52 anos, lavrador com 250\$000 de renda; Joaquim de Sousa Barbosa Sobrinho, de 36 anos, lavrador com 380\$000 de renda e Diogo de Sousa Barbosa, de 26 anos, lavrador com 250\$000 de renda.

*Antônio José de Sousa* está classificado na lista nominativa de Guarapuava de 1835 como pardo, com 32 anos, exercendo a profissão de criador. Sua esposa era Umbelina Mendes, parda de 25 anos. Seus filhos eram Francisco de 6 anos e Pedro 4 anos. Este homem também era proprietário de uma escrava chamada Inácia, de 15 anos de idade, procedência crioula e classificada como negra. Na lista de qualificação de votantes de Guarapuava, do ano de 1880, um homem chamado Antônio José de Sousa aparecia como pai dos votantes Pedro Antônio de Sousa, de 46 anos, negociante com 300\$000 de renda e Francisco José de Sousa, de 48 anos, negociante com renda de 300\$000.

### **Pardos de Paranaguá**

*Antônio Francisco* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como pardo, de 52 anos, exercendo a profissão de lavrador. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Antônio Francisco aparece como pai do votante Germano Francisco, de 47 anos, lavrador com renda ilegível.

*Francisco da Silva* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como pardo, de 38 anos, exercendo a profissão de lavrador. Sua esposa era Águeda Lopes, parda de 30 anos. Seus filhos eram Bernardino de 10 anos, Manoel de 5 anos, Firmina de 4 anos e Maria de 4 anos, todos pardos. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Francisco da Silva aparecia como pai do votante Francisco Pereira da Silva, de 40 anos, marítimo com renda de 300\$000.

*Francisco de Paula* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como pardo, de 32 anos, exercendo a profissão de sapateiro. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Francisco de Paula aparecia como pai do votante João Francisco de Paula, de 25 anos, lavrador com renda de 400\$000.

*Francisco Rodrigues* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como pardo, de 41 anos, vivendo de seu jornal. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Francisco Rodrigues aparecia como pai dos votantes Manoel Rodrigues, de 46 anos, lavrador com renda de 300\$000 e de Francisco Rodrigues, de 38 anos, lavrador com renda de 300\$000.

*Manoel Gonçalves* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como pardo, de 19 anos, exercendo a profissão de sapateiro. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Manoel Gonçalves aparecia como pai do votante Crispim Gonçalves da Luz, de 57 anos, lavrador com renda ilegível.

*Serafim José* está classificado na lista nominativa de Paranaguá de 1817 como mulato, de 28 anos, exercendo a profissão de lavrador. Sua esposa era Joaquina Maria, mulata de 21 anos. Seus filhos eram Maria Filha de 2 anos e Antônio de 1 ano, ambos mulatos. Na lista de qualificação de votantes de Paranaguá, do ano de 1878, um homem chamado Serafim José aparecia como pai dos votantes Mateus José, de 58 anos, lavrador com renda de 300\$000; Joaquim José Serafim, de 47 anos, lavrador com renda de 400\$000; Antônio José, de 42 anos, lavrador com renda de 300\$000 e Manoel Antônio, de 42 anos, lavrador com renda de 300\$000.

Com base nessas descobertas, é possível obter algumas pistas acerca dos votantes pardos e negros presentes nestas listas. No geral, os filhos dos negros e pardos livres presentes nas listas nominativas eram lavradores pobres, com a renda próxima ao mínimo exigido para serem votantes. Todavia, é notável também um modesto processo de mobilidade social entre esses indivíduos livres de cor. Em Guarapuava dois casos são interessantes. Vicente de Paula Machado, filho de Antônio José de Sousa Barbosa, era um comerciante com uma renda superior aos irmãos, mesmo que seja uma parca diferença. O mesmo acontece com os irmãos Pedro Antônio de Sousa e Francisco José de Sousa, filhos de Antônio José de Sousa, que são negociantes com uma renda acima do mínimo permitido para ser qualificado como votante. Como Guarapuava era a ocupação mais recente dentre as localidades estudadas, esses dois casos contribuem para a ideia de que as terras da fronteira agrária eram acessíveis a diversos migrantes, inclusive os homens livres de cor, que encontravam ali a possibilidade de uma mobilidade social ascendente<sup>91</sup>. Mesmo que Guarapuava fosse uma região de fronteira, mais fácil de ser entendida como uma região aberta à existência de um homem móvel,

---

<sup>91</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX)*. Op. Cit. pp. 322



como teorizado por Hebe Mattos, isso é um fenômeno observável também em outras regiões do Paraná. Há registros de descendentes de forros estabelecidos em Castro, em busca de fixação à terra e incorporando-se à um campesinato desde 1804. Isto é sugestão que o caminho de tropas possuía um fluxo considerável de migrantes almejando estabelecer-se no mercado de abastecimento<sup>92</sup>. Portanto, mesmo que o homem móvel analisado por Hebe Mattos componha-se no Sudeste brasileiro e que essa região possuísse muitas distinções em relação a província do Paraná, como o número muito superior de cativos; é notável que algumas das estruturas sociais e culturais se repetiam, como era o caso da presença destes homens móveis no Paraná.

Em Palmeira, os homens livres de cor qualificados como votantes estavam no limite para serem qualificados como tal, porém, mesmo com a pobreza da região, há de se considerar que existiam negros e pardos entre os votantes, mesmo na base do limite de renda. Os casos negros e pardos em Paranaguá devem ser analisados com mais cuidado. As listas utilizadas neste estudo para a região, possuem um intervalo de tempo maior do que as de Palmeira e Guarapuava, que se situam nos anos de 1835 e 1840. Em Paranaguá foram utilizadas listas nominativas de 1817, diminuindo a probabilidade de confirmação. Entretanto, sempre que surgem essas ligações entre listas nominativas e de qualificação de votantes em Paranaguá, tratavam-se de pessoas mais pobres e exercendo atividades agrícolas ou relacionadas ao mar. Entretanto, os pardos presentes na região em geral eram lavradores, possuindo uma renda superior aos lavradores das outras duas regiões, o que é plausível se levarmos em conta que os lavradores de Paranaguá em geral possuíam mais renda do que os das demais localidades estudadas. Dois casos dessa região são bastante interessantes. Francisco de Paula, filho de Francisco de Paula, e Joaquim José Serafim, filho de Serafim José, são ambos lavradores pardos com renda de 400\$000. Isso é um sinal bastante significativo, já que ambos conseguiram atingir o patamar de eleitor, mesmo sendo pardos. Isso abre outro precedente de mobilidade ascendente entre pardos, mostrando que sua diferenciação não está ligada apenas à fronteira agrária, mas podendo acontecer também em regiões mais estabelecidas, como Paranaguá. Ao analisar o contexto parnanguara a partir das listas de qualificação de votantes, ficou perceptível que os trabalhadores rurais da região se diferenciavam bastante dos outros lavradores de outras regiões, principalmente pela ação dos

---

<sup>92</sup> LIMA, Carlos. *Roças e libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa (Castro, 1804-1835)*. p. 10

comerciantes do porto na região. O que resta ser analisado, é se o caso de Paranaguá é único ou se existiam mais possibilidades de ascensão social entre pardos além da fronteira agrária.

As possibilidades desta pesquisa ainda não estão esgotadas. Os dados contidos nestas listas de qualificação ainda podem ser confrontados com outras listas nominativas, encontrando ainda mais homens livres de cor participando do processo eleitoral, bem como traçar um perfil social destes. Dois fatores que podem vir a ser problemáticos são a constante migração de livres que acontecia por todo o território brasileiro, ocasionando a ausência de determinado indivíduo em algumas listas, como também existe um problema na confiabilidade das listas nominativas criadas após a década de 1830, quando existe uma mudança na maneira de classificação.

## CONCLUSÃO

Existia uma presença bastante consistente de negros e pardos livres nas regiões de Palmeira, Guarapuava e Paranaguá. Ao nos debruçarmos sobre as listas nominativas de habitantes dessas localidades na primeira metade do século XIX, vemos a instalação de diversos negros e pardos livres na região, que fixaram nessas regiões suas residências e constituíram estruturas domésticas, sejam com suas famílias ou com agregados, podendo inclusive reunir muitos residentes sob uma mesma chefia. A existência desses fogos demonstra a abertura que o Paraná proporcionava para a mobilidade de negros e pardos livres, capazes de inserir-se naquelas comunidades e se estabeleceram não apenas geograficamente, mas também temporalmente, quando observamos seus descendentes votantes posteriormente. O acesso à terra, a constituição de uma residência e o enraizamento desses livres de cor no Paraná, demonstra que a mobilidade dos mesmos não estava restrita ao sudeste, mas que era uma prática que se reproduzia por todo o Império. Mais do que isso, algumas fenômenos se repetiam, como era o caso do aumento de pessoas em um fogo conforme a idade do cabeça avançava, para então sofrer um leve declínio, provavelmente quando os filhos começavam a sair de casa, e crescer novamente nos anos mais avançados do chefe de domicílio.

A mobilidade entre negros e pardos livres também poderia acontecer através de casamentos, como vimos nas listas nominativas de habitantes. Apesar da maioria dos casamentos ser endógama, várias vezes pessoas de cores diferentes cruzavam as hierarquias estabelecidas e contraíam matrimônio, proporcionando um processo de ascensão para um dos lados do casal. A mobilidade ascendente através do casamento poderia inclusive ser alavancada no nascimento dos filhos, como nos curiosos casos de Paranaguá, em que homens pardos casados com mulheres brancas, tinham filhos brancos.

As listas nominativas de habitantes nos dão os indícios da forte ruralidade de Guarapuava, Palmeira e Paranaguá, mas, quando consideramos as informações presentes nas listas de qualificação de votantes já nas últimas décadas do século XIX, percebemos que o campesinato no Paraná é ainda mais consistente. Guarapuava, Palmeira e, surpreendentemente, Paranaguá, eram regiões extremamente rurais. A primeira região era disputada por uma quantidade semelhante de lavradores e comerciantes, sendo os primeiros mais empobrecidos, enquanto Palmeira mostrava-se

ser uma região bastante pobre. Paranaguá, por outro lado, possuía um cenário fértil para que seus camponeses ascendessem socialmente mais do que seus pares de outras regiões. O fato de estarem presentes negros e pardos livres em cenários tão distintos, mostra como a mobilidade e a inserção desses, era bastante diversa.

A constatação de negros e pardos livres no processo eleitoral, classificados como votantes, mostra não só a potencialidade desses indivíduos exercerem a cidadania, como demonstra que era possível livres de cor constituírem propriedade no Paraná. Mesmo que a maioria ainda constituísse grupos de lavradores pobres, vários desses estavam inseridos no campesinato fortalecido de Paranaguá. Além disso, alguns conseguiram se diferenciar para além do campesinato, atingindo em renda o grau de eleitor. Sendo esses votantes filhos de negros e pardos que já estavam estabelecidos nessas regiões, vemos que foram criadas condições para que esses descendentes permanecessem na região, seja por condições econômicas ou por laços comunitários, enquanto outros, muito provavelmente, tiveram que migrar.

A mobilidade poderia tomar muitas formas. Eram experiências complexas. Analisando Paranaguá, Palmeira e Guarapuava, vemos que existia um terreno fértil para que os mais diversos processos de mobilidade pudessem acontecer, com um Paraná fortemente rural e um campesinato, que também era negro, bastante estabelecido.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

#### Listas Nominativas de habitantes

- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população, Palmeira, 1835
- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população, Castro, 1835
- Lista Geral dos Habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, em o ano de 1840. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. v. XXXIV, 1977
- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de População – Paranaguá, 1817. [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos\\_populacao/220\\_009.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macos_populacao/220_009.pdf). Acesso em 20/08/2016

#### Listas de Qualificação de Votantes

- Departamento Estadual do Arquivo Público – Ofícios diversos – listas de qualificação de votantes: Paranaguá, 1878; Palmeira, 1880 e Guarapuava, 1880.

### Bibliografia:

- BALHANA, Altiva Pillatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. 2ª edição. Grafipar, Curitiba, 1969.
- BARICKMAN, B.J. *As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo Baiano, 1835*. Em: *População e Família*. São Paulo – n.2, p. 7-59, 1999.
- CARDOSO, Jayme Antônio. *A população votante de Curitiba: 1853 – 1881*. Dissertação. UFPR, Curitiba, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de Sombras: A política imperial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930*. In: CARVALHO, José Murilo de. & CAMPOS, Adriana Pereira. (Org). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

CAVAZZANI, André. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. São Paulo, Alameda, 2015.

COSTA, Hilton. *O navio, os oficiais e os marinheiros: As teorias raciais e a Reforma Eleitoral de 1881*. Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 2014.

FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, 1790-1840)*. 4ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª edição. Editora UNESP, São Paulo, 1997.

KLEIN, Herbert S. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2010.

LOBO, Eulália M. L.; CANAVAROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barbosa. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, n. 25, out/dez 1971. P. 246

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX)*. Em: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2011

\_\_\_\_\_. *Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837)*. História Econômica & História de Empresas XIV.1, 2011, pp. 35-72

\_\_\_\_\_. *Pequena diáspora: Migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844)*. In: Locus – Revista de História. Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2000, p

\_\_\_\_\_. *Roças e libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa (Castro, 1804-1835)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 166, n. 426, janeiro-março/2005, p. 271-302

\_\_\_\_\_. *Hierarquia social, incorporação e estratégias de reprodução no Sul (Paraná 1730-1835)*. In: MOURA e SENA FILHO (org.). *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Vieira, 2005, pp. 103-132.

- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª edição revista. Editora Unicamp, Campinas, 2013
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- NETTO, Fernando Franco. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. UFPR, Curitiba. 2005
- NUNES, Neila Ferraz Moreira. *A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870 – 1889): Frequência eleitoral e perfil da população votante*. Em: DADOS. – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 2, 2003, pp. 311-343
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. 1ª edição. Secretária de Estado da Cultura do Paraná, Curitiba, 1998.